

----- **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA** -----
----- **SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA,
INICIADA NO DIA 11 DE DEZEMBRO E CONTINUADA NO DIA 18 DE
DEZEMBRO DE 2007.** -----

----- **ACTA NÚMERO QUARENTA E TRÊS** -----

----- No dia 18 de Dezembro de 2007, reuniu na sua Sede, sita no Fórum Lisboa, na Avenida de Roma, a Assembleia Municipal de Lisboa, sob a presidência da sua Presidente efectiva, Excelentíssima Senhora Dra. Paula Maria Von Hafe Teixeira da Cruz, coadjuvada pelos Excelentíssimos Senhores Eng.º Jorge Manuel Mendes Antas e Nelson Pinto Antunes, respectivamente Primeiro e Segundo Secretários. -----

----- Assinaram a “lista de presenças”, para além dos mencionados, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Afonso Miguel Silveira Machado Pereira Costa, Alberto Francisco Bento, Álvaro da Silva Amorim de Sousa Carneiro, Ana Bela Burt Magro Pires Marques, Ana Maria Bravo Martins de Campos, Ana Patrícia de Lamy Barreiro, Ana Sofia Soares Ribeiro de Oliveira Dias, António Manuel, António Manuel de Sousa Ferreira Pereira, António Modesto Fernandes Navarro, António Paulo Quadrado Afonso, Armando Dias Estácio, Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho, Carlos Manuel de Melo Barroso, Deolinda Carvalho Machado, Domingos Alves Pires, Fausto Jorge Gonçalves Teixeira dos Santos, Fernando Manuel Moreno D’Eça Braamcamp, Fernando Pereira Duarte, Francisco Carlos de Jesus Vasconcelos Maia, Francisco David Carvalho da Silva Dias, Francisco José da Silva Oliveira, Heitor Nuno Patrício de Sousa e Castro, Hugo Alberto Cordeiro Lobo, Hugo Filipe Xambre Bento Pereira, Ismael do Nascimento Fonseca, João Álvaro Bau, João Carlos Durão Lopes Saraiva, João Carlos Santos Pessoa e Costa, João Manuel Costa Magalhães Pereira, João Mário Amaral Mourato Grave, João Miguel Martins Ferreira, João Miguel Narciso Candeias Mesquita Gonçalves, João Nuno Vaissier Neves Ferro, João Paulo Mota da Costa Lopes, João Pedro Saldanha Serra, Joaquim António Canelhas Granadeiro, Joaquim Emanuel da Silva Guerra de Sousa, Joaquim Maria Fernandes Marques, Jorge Manuel da Rocha Ferreira, Jorge Manuel Virtudes dos Santos Penedo, José das Neves Godinho, José Filipe de Mendonça Athayde de Carvalhosa, José Guilherme Figueiredo Nobre de Gusmão, José Luís Sobreda Antunes, José Maximiano de Albuquerque Almeida Leitão, José Roque Alexandre, José Rui Roque, Luís Ângelo da Silva Campos, Luís Baltazar Brito da Silva Correia, Luís Filipe da Silva Monteiro, Luís Filipe Graça Gonçalves, Luís Pedro Alves Caetano Newton Parreira, Manuel Luís de Sousa Silva Medeiros, Marcelino António Figueiredo, Maria Albertina de Carvalho Simões Ferreira, Maria Cândida Rio de Freitas Cavaleiro Madeira, Maria da Graça Resende Pinto Ferreira, Maria de Lurdes Jesus Pinheiro, Maria Idalina de Sousa Flora, Maria Irene dos Santos Lopes, Maria Luísa Rodrigues Neves Vicente Mendes, Maria Teresa Cruz de Almeida, Maria Virgínia Martins Laranjeiro Estorninho, Marta Sofia Caetano Lopes Rebelo Gonçalves, Nelson Miguel Rodrigues Coelho, Nuno Roque, Paulo Alexandre da Silva Quaresma, Pedro Alexandre Valente de Assunção, Pedro Manuel Portugal Natário Botelho Gaspar, Pedro Pinto de Jesus, Rodrigo Jorge

de Moctezuma Seabra Pinto Leite, Rodrigo Nuno Elias Gonçalves da Silva, Rogério da Silva e Sousa, Rogério Gomes dos Santos, Rui António Francisco Coelho, Rui Manuel Pessanha da Silva, Telmo Augusto Gomes de Noronha Correia, Timóteo Rodrigues Macedo, Valdemar António Fernandes de Abreu Salgado, Vasco Jorge Valdez Ferreira Matias, Victor Manuel Dias Pereira Gonçalves, Vítor Manuel Alves Agostinho, José Luís Português Borges da Silva, Carlos Alberto Rebelo Costa, Manuel Fernando Dias de Almeida, José Manuel Cal Gonçalves, João Maria Martins Baioneto, Félix Soares Gomes Lopes dos Santos, Luís Jorge Teixeira Mendes da Silva, Pedro Manuel Tenreiro Biscaia Pereira, Maria Helena Sobral Sousa Ribeiro, Feliciano Marques Martins da Cruz David, Rita Susana Borges Cortez Folgosa, Emília Cristina Antunes Serra, Rufino Alves da Silva, Rui Manuel Santos Matos Alves, Sílvia Mota Lopes e João Nuno Farmhouse de Castro e Athayde de Carvalhosa. -----

----- Faltaram à reunião os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Carlos Filipe Marques Lima, Henrique José Praia da Rocha de Freitas, João Augusto Martins Taveira, Maria Alexandra Dias Figueira e Rodrigo Manuel Neiva de Oliveira Leal Lopes. -----

----- Pediram suspensão do mandato, que foi apreciado e aceite pelo Plenário da Assembleia Municipal nos termos da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Rodrigo Mello Gonçalves (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Dias de Almeida. -----

----- David Valente (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal José Cal Gonçalves. -----

----- Maria de Belém Roseira (PS), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Pedro Biscaia Pereira. -----

----- José Ribeiro Rodrigues (PS), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Maria Helena Ribeiro. -----

----- Sérgio Cintra, Sousa Nascimento, João Pinheiro, Maria João Faria, Nuno Pintão, Maria José Falcão, André Garcia e Maria da Piedade Mestre, todos Deputados Municipais suplentes do PS, pediram a suspensão do mandato por um dia. -----

----- Ana Páscoa Baptista (PCP), por dois dias, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Feliciano David. -----

----- Lídia Fernandes (BE), por 5 dias, tendo sido substituída pela Deputada Municipal Rita Folgosa. -----

----- José Luís Ferreira (PEV), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Emília Serra. -----

----- João Gordo Martins (PEV), Deputado Municipal suplente, por um dia. -----

----- Foram justificadas as faltas e admitidas as substituições dos seguintes Deputados Municipais, Presidentes de Junta de Freguesia: -----

----- Rui Marques (PSD), Presidente da Junta de Freguesia da Penha de França, por Carlos Alberto Rebelo Costa. -----

----- José Pires (PSD), Presidente da Junta de Freguesia de Santa Engrácia, por Sílvia Mota Lopes. -----

----- Filipe Pontes (PSD), Presidente da Junta de Freguesia da Sé, por João Baioneto. -

----- Fernando Ribeiro Rosa (PSD), Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria de Belém, por João Carvalhosa. -----

----- Joaquim Lopes Ramos (PSD), Presidente da Junta de Freguesia da Pena, por Rufino Alves da Silva. -----

----- Belarmino Silva (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Marvila, por Félix Santos. -----

----- Ermelinda da Rocha Brito (PS), Presidente da Junta de Freguesia de São Cristóvão e São Lourenço, por Rui Matos Alves. -----

----- José Rosa do Egípto (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria dos Olivais, por Luís Mendes da Silva. -----

----- Carlos Lima (PCP), Presidente da Junta de Freguesia do Castelo, não tendo sido substituído. -----

----- Às 15 horas e 30 minutos, constatada a existência de *quorum*, a **Senhora Presidente** declarou aberta a reunião, segunda da Sessão Ordinária iniciada no passado dia 11 de Dezembro, informando, de seguida, que havia uma alteração na Ordem de Trabalhos: apreciariam primeiro o ponto 4, proposta 494/2007, e depois as Grandes Opções do Plano e o Orçamento. -----

----- **CONTINUAÇÃO DA ORDEM DO DIA** -----

----- **PONTO 4 – PROPOSTA 494/2007 – APROVAR A DESAFECTAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO PARA O DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO DAS PARCELAS 1 E 2, DE ANTIGO LEITO DE VIA PÚBLICA; APROVAR A MINUTA DE ACORDO, A CELEBRAR ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA E O MINISTÉRIO DA SAÚDE, QUE PERMITIRÁ A CONSTRUÇÃO DO NOVO HOSPITAL DE TODOS OS SANTOS; AUTORIZAR A ALIENAÇÃO A FAVOR DO ESTADO DAS PARCELAS DE TERRENO A E B E SUB-PARCELA “N”; FIXAR COMO PREÇO DE ALIENAÇÃO DAS PARCELAS, O VALOR UNITÁRIO DE 133,20 €/M²; AUTORIZAR O PAGAMENTO EM NUMERÁRIO E EM ESPÉCIE, (P.º P.º N.º 24/DPI/07), NOS TERMOS DA PROPOSTA, AO ABRIGO DA ALÍNEA I) DO N.º 2 E DA ALÍNEA B) DO N.º 4 DO ART.º 53.º DA LEI N.º 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI N.º 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO;** -----

----- PROPOSTA 494/2007 -----

“----- Considerando que: -----

----- Compete aos poderes públicos satisfazer a exigência constitucional de proporcionar a todos os cidadãos o acesso à saúde nas melhores condições possíveis, em termos de eficácia, prontidão e proximidade daqueles que são os beneficiários dos respectivos serviços/dessa mesma prestação; -----

----- Foi há muito definido pelo Governo como primeira prioridade para a área de Lisboa a redefinição e reordenamento dos serviços prestadores dos cuidados secundários de saúde, máxime os hospitais; -----

----- A rede de hospitais públicos está organizada na Cidade de Lisboa por zonas, sendo que os da Zona Central (Hospitais de S. José, Capuchos, Desterro e Curry Cabral), se encontram muito degradados e sem condições de expansão e de consequente prestação de serviço de forma eficiente, o que se consegue, com menores custos financeiros e sociais, através da respectiva concentração numa unidade moderna, edificada com respeito de normas técnicas e adequadas às exigidas pelas várias valências que possibilite; -----

----- A Lei comete ao Município atribuições, que lhe impõem especiais responsabilidades no que respeita ao bem-estar e melhoria das condições de vida das populações que nele residem; -----

----- Há antecedentes antigos de negociação, que implicam compromissos de localização deste equipamento – futuro Hospital de Todos os Santos (doravante designado por HOSPITAL), na zona de Chelas, que foi decidido considerar na revisão do Plano Director Municipal, bem como alguns condicionantes relativos à sua alienação; -----

----- Esses compromissos levaram à troca de correspondência com vista ao estabelecimento de um Acordo de Princípio Simplificado (doravante designado por ACORDO) entre a Câmara Municipal de Lisboa e o Ministério da Saúde, cujo teor e calendarização de acções se torna necessário ser aprovado pelos Órgãos Autárquicos. -

----- Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal delibere, ao abrigo das disposições conjugadas dos artigos n.ºs 64º, n.º 6, alínea a) e do artigo 53º, n.º 2, alínea i) e n.º 4 alínea b), ambos da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção conferida pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, aprovar e submeter à Assembleia Municipal para que este órgão delibere: -----

----- 1. A desafecção do domínio público para o domínio privado do Município das parcelas 1 e 2, provenientes de antigo leito de via pública (actualmente fora de serviço pela criação de novos arruamentos que as substituem), com as áreas respectivamente de 485,00 m² e 767,30 m², identificadas à cor rosa na cópia da planta n.º 07/043/02 do Departamento do Património Imobiliário, elaborada conforme Planta de Proveniências n.º 170/DIC/11.07 B (anexo I), às quais se atribui respectivamente, apenas para efeitos notariais e registrais, o valor total de 2.425,00€(dois mil quatrocentos e vinte e cinco euros) e 3.836,50€(três mil, oitocentos e trinta e seis mil e cinquenta cêntimos); -----

----- 2. A aprovação da minuta do ACORDO (anexo II), a celebrar entre a Câmara Municipal de Lisboa e o Ministério da Saúde, relativo à localização e condições de alienação das parcelas A e B, conforme Des. 059 UPC 07 anexo à INF 153/DPE/UPC/07 de 16.11.2007 (anexo III), identificadas a vermelho na cópia da Planta n.º 07/044/02 do Departamento do Património Imobiliário, que permitam a construção do novo HOSPITAL, nos termos e condições nele inscritas; -----

----- 3. Autorizar a alienação, nos termos do referido ACORDO, a favor do Ministério da Saúde, das parcelas de terreno municipal abaixo identificadas: -----

----- a) Parcela A – composta pela sub parcelas “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “m” e “o”, que totaliza uma área de 77.674,00 m², sita à Avenida João Paulo II, identificada a vermelho na cópia da Planta n.º 07/044/02 do Departamento do Património Imobiliário, com um valor que resulta da aplicação do preço unitário de 133,20 €/m² de terreno; -----

----- b) Parcela B – composta pela sub parcelas “a”, “b”, “c” e “d”, que totaliza uma área de 22.887,00 m², sita à Rua Salgueiro Maia, identificada a vermelho na cópia da Planta n.º 07/044/02 do Departamento do Património Imobiliário, com um valor que resulta da aplicação do preço unitário de 133,20 €/m² de terreno; -----

----- 4. Autorizar a alienação, nos termos do referido ACORDO, a favor do Estado, da sub parcela “n”, com a área de 1.421,50 m², sita à Avenida João Paulo II, identificada à cor cinzenta na cópia da Planta n.º 07/044/02 do Departamento do Património Imobiliário, logo que seja promovida a sua desafecção do domínio público para o privado do Município, facto que é condicionado pela comunicação da aquisição da propriedade particular pelo Ministério da Saúde; -----

----- 5. Fixar como preço da alienação das parcelas, supra identificadas, que integrarão a área a ocupar pelo futuro HOSPITAL, o valor global de 13.394.725,20 € (treze milhões, trezentos e noventa e quatro mil, setecentos e vinte e cinco euros e vinte cêntimos), a que corresponde um valor unitário de 133,20€/m² de terreno, resultante de estimativa cujos critérios de cálculo são já do conhecimento do Ministério da Saúde; -----

----- 6. Autorizar que o pagamento do preço da alienação das parcelas seja efectuado em numerário no montante de 12.606.048,00 € (doze milhões, seiscentos e seis mil e quarenta e oito euros) e em espécie correspondente à execução dos passeios e estacionamento circundante da parcela num valor estimado de 788.677,20 € (setecentos e oitenta e oito mil, seiscentos e setenta e sete euros e vinte cêntimos). -----

----- PARCELAS A DESAFECTAR -----

----- Parcela 1 -----

----- Confrontações: Norte, Sul – Domínio Público -----

----- Nascente e Poente – C.M.L. -----

----- Valor da parcela para efeitos notariais e registrais – 2.425,00 € (dois mil quatrocentos e vinte e cinco euros) – 485,00 m² x 5,00 €/m² -----

----- Parcela 2 -----

----- Confrontações: Norte, Sul – Domínio Público -----

----- Nascente e Poente – C.M.L. -----

----- Valor da parcela apenas para efeitos notariais e registrais – 3.836,50 € (três mil, oitocentos e trinta e seis mil e cinquenta cêntimos) – 767,30 m² x 5,00 €/m² -----

----- PARCELAS A ALIENAR PELA C.M.L. AO MINISTÉRIO DA SAÚDE -----

----- Parcela A -----

----- Sub parcela “e” -----

----- Área – 2.247,70 m² -----

----- Confrontações: Norte e Poente – C.M.L. -----

----- Sul – C.M.L. e Domínio Público -----

----- Nascente – Domínio Público -----
----- Valor – 299.393,64 €(duzentos e noventa e nove mil, trezentos e noventa e três euros e sessenta e quatro cêntimos) -----
----- Sub parcela “f” -----
----- Área – 767,30 m2 -----
----- Confrontações: Norte, Sul – Domínio Público -----
----- Nascente e Poente – C.M.L. -----
----- Valor – 102.204,36 €(cento e dois mil, duzentos e quatro euros e trinta e seis cêntimos) -----
----- Sub parcela “g” -----
----- Área – 26.626,50 m2 -----
----- Confrontações: Norte – C.M.L. e Domínio Público -----
----- Sul – C.M.L. -----
----- Poente – Domínio Público -----
----- Nascente – C.M.L., Propriedade particular e Domínio Público -----
----- Valor – 3.585.064,68 €(três milhões, quinhentos e oitenta e cinco mil, sessenta e quatro euros e sessenta e oito cêntimos) -----
----- Sub parcela “h” -----
----- Área – 4.667,00 m2 -----
----- Confrontações: Norte, Sul e Nascente – C.M.L. -----
----- Poente – Domínio Público -----
----- Valor – 621.644,40 €(seiscentos e vinte e um mil, seiscentos e quarenta e quatro euros e quarenta cêntimos) -----
----- Sub parcela “i” -----
----- Área – 22.618,00 m2 -----
----- Confrontações: Norte – C.M.L. -----
----- Sul – C.M.L. e Propriedade particular -----
----- Nascente – Domínio Público -----
----- Poente – C.M.L. -----
----- Valor – 3.012.717,60 €(três milhões, doze mil e setecentos e dezassete euros e sessenta cêntimos) -----
----- Sub parcela “j” -----
----- Área – 18.078,60 m2 -----
----- Confrontações: Norte, Sul, Nascente e Poente – C.M.L. e Domínio Público -----
----- Valor – 2.408.069,52 €(dois milhões, quatrocentos e oito mil e sessenta e nove euros e cinquenta e dois cêntimos) -----
----- Sub parcela “m” -----
----- Área – 802,00 m2 -----
----- Confrontações: Norte e Sul – C.M.L. e Domínio Público -----
----- Nascente – C.M.L. -----
----- Poente – Domínio Público -----
----- Valor – 106.826,40 €(cento e seis mil, oitocentos e vinte e seis euros e quarenta cêntimos) -----

----- Sub parcela “o” -----
----- Área – 130,00 m2 -----
----- Confrontações: Norte, Sul e Poente – C.M.L. -----
----- Nascente – Domínio Público -----
----- Valor – 17.316,00 €(dezassete mil, trezentos e dezasseis euros) -----
----- Parcela B -----
----- Sub parcela “a” -----
----- Área – 17.689,00 m2 -----
----- Confrontações: Norte, Sul e Poente – C.M.L. -----
----- Nascente – Domínio Público -----
----- Valor – 2.356.174,80 €(dois milhões, trezentos e cinquenta e seis mil, cento e setenta e quatro euros e oitenta cêntimos) -----
----- Sub parcela “b” -----
----- Área – 485,00 m2 -----
----- Confrontações: Norte, Sul – Domínio Público -----
----- Nascente e Poente – C.M.L. -----
----- Valor – 64.602,00 €(sessenta e quatro mil, seiscentos e dois euros) -----
----- Sub parcela “c” -----
----- Área – 2.465,90 m2 -----
----- Confrontações: Norte, Sul e Nascente – C.M.L. -----
----- Poente – Domínio Público -----
----- Valor – 328.457,88 €(trezentos e vinte e oito mil, quatrocentos e cinquenta e sete euros e oitenta e oito cêntimos) -----
----- Sub parcela “d” -----
----- Área – 2.247,60 m2 -----
----- Confrontações: Norte e Nascente – C.M.L. -----
----- Sul – C.M.L. e Domínio Público -----
----- Poente – Domínio Público -----
----- Valor – 302.910,12 € (trezentos e dois mil, novecentos e dez euros e doze cêntimos) -----
----- PARCELA A ALIENAR OPORTUNAMENTE PELA C.M.L. AO
MINISTÉRIO DA SAÚDE -----
----- Sub parcela “n” -----
----- Área – 1.421,50 m -----
----- Confrontações: Norte, Sul e Nascente – C.M.L. -----
----- Poente – C.M.L e Propriedade particular. -----
----- Valor – 189.343,80 €(cento e oitenta e nove mil, trezentos e quarenta e três euros e oitenta cêntimos) -----
----- CONDIÇÕES DE ACORDO -----
----- 1. A Câmara Municipal de Lisboa e o Ministério da Saúde obrigam-se a dar cumprimento ao clausulado no ACORDO; -----
----- 2. Os parâmetros e condicionantes urbanísticas a respeitar nas áreas a alienar serão os estabelecidos na INF 153/DPE/UPC/2007 de 16.11.2007 e anexos (Des. n.º

052 UPC 07, 054 UPC 07, 055 UPC 07, 056 UPC 07, 058 UPC 07 e 059 UPC 07) – anexo III; -----

----- 3. Ambas as partes, comprometem-se a assinar o ACORDO no prazo de 30 dias da sua aprovação pela Assembleia Municipal; -----

----- 4. A escritura será feita logo que as condições jurídicas o permitam e até à data de 31 de Dezembro de 2008. -----

----- (Processo Privativo n.º 24/DPI/07) -----

----- JUSTIFICAÇÃO DO VALOR DO TERRENO -----

----- O valor da área de terreno municipal ora a alienar, foi estimado em Outubro de 2006 no montante global de 9.790.200,00 € (nove milhões setecentos e noventa mil e duzentos euros), tendo resultado da aplicação de critérios estritos decorrentes do disposto no Código das Expropriações, com base na sua capacidade construtiva abstracta, atendendo ao disposto no PDM para o uso que foi então indicado, sem verificação local, tendo por pressupostos a área total, constante na planta então fornecida, ser municipal e de os terrenos estarem formalmente livre de ónus ou de qualquer outro encargo associado. -----

----- Com base na planta fornecida na altura, a área a considerar totalizava 73.500,00 m², resultando a respectiva capacidade de construção em 44.100 m², pela aplicação simplificada do índice de 0,6 constante do artº 87 do PDM (para utilização como área de equipamentos e serviços públicos), sem consideração de outros usos, que o mesmo PDM pudesse admitir. -----

----- De acordo com os critérios referidos nos números 4 e 5 do artigo 26º do Código das Expropriações, e atendendo à Portaria n.º 1127/2005 de 31/10, então em vigor, que fixa os valores do preço da habitação para efeitos de cálculo da renda condicionada para o ano de 2006 em 682,53 €/m², afectou-se este valor do factor 32,5 % resultante da soma dos factores parciais previstos no mesmo artigo, dada a localização, condições e circunstâncias do terreno em apreço (25%) acrescido de 50% do factor correctivo previsto no número 10 do artigo 26º, tendo em conta a inexistência de risco e esforço inerente à respectiva construção. -----

----- Obteve-se deste modo o valor unitário arredondado de 222,00 €/m² construção. --

----- Daqui resultou o indicado valor estimado de 9.790.200,00 €– (73.500 m² x 0,6 x 222,00 €/m²) - atribuível à respectiva capacidade edificativa, a que corresponderia o valor unitário de 133,20 €/m² de terreno para a parcela em causa. -----

----- Considerando a carta de S^a Ex.^a o Senhor Presidente, datada de 27/11/2006, e em cumprimento de orientação superior, com base na Informação produzida pela Unidade de Projecto de Chelas (153/D.P.E./UPC/2007) que indica a área actual de 102.421,00 m² à qual se deduz a área de 1.860,00 m² afecta à Quinta da Lebre, e mantendo a metodologia anteriormente adoptada sem recurso a qualquer actualização, obtém-se para o conjunto de parcelas a alienar, correspondente à área de 100.561,00 m², o valor de 13.394.725,20 € -----

----- Tendo em atenção que há necessidade de reformular e executar os passeios e zonas de estacionamento circundantes das parcelas, conforme projecto que vier a ser aprovado, e que o custo correspondente é imputado ao Ministério da Saúde, o valor

final a pagar pelo terreno – conjunto das parcelas A e B – é de 12.606.048,00 € a que corresponde uma área de 94.640,00 m² [(73.500,00 m² + 23.000,00 m² – 1.860,00 m²) x 133,20 €/m²] – esta área corresponde ao anteriormente acordado com o Ministério da Saúde conforme carta datada de 02.04.2007 (anexo II). -----

----- ANEXOS -----

----- I. Planta de Proveniências nº 170/DIC/11.07 B; -----

----- II. Minuta do Acordo de Princípio Simplificado entre o Ministério da Saúde e a Câmara Municipal de Lisboa para o lançamento do futuro Hospital de Todos os Santos; -----

----- a) Carta datada de 27.11.2006 do Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Lisboa; -----

----- b) OF 1825 de 21.02.2007 do Ministério da Saúde e anexos (minuta do Acordo de Princípio Simplificado e Des. n.º 062 UPC 06 de 27.06.2006); -----

----- c) Carta datada de 21.03.2007 do Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Lisboa; -----

----- d) Carta “parcerias” datada de 02.04.2007; -----

----- e) OF 3613 de 16.04.2007 do Ministério da Saúde e anexos (minuta do Acordo de Princípio Simplificado). -----

----- III. Informações do Urbanismo: -----

----- a) INF 153/DPE/UPC/07 de 16.11.2007 e anexos (Des. n.º 052 UPC 07, n.º 054 UPC 07, n.º 055 UPC 07, n.º 056 UPC 07, n.º 058 UPC 07 e n.º 059 UPC 07); -----

----- b) INF 97/DPE de 25.08.2005. -----

----- IV. Informações DPI: -----

----- a) INF 0481/DPI-DAJ/07 de 19.11.2007; -----

----- b) INF 1310/DPI-DIC/07 de 19.11.2007; -----

----- c) INF 1429/DPI-DF/07 de 08.11.2007; -----

----- d) INF 1433/DPI-DF/07 de 09.11.2007; -----

----- V. Informação sobre parcela particular – Quinta da Lebre -----

----- a) Extracto do RPD.M.” -----

----- **A Comissão Permanente de Urbanismo e Mobilidade, apresentou o relatório que a seguir se transcreve:** -----

----- RELATÓRIO -----

----- PROPOSTA N.º 494/2007 -----

----- “A Comissão de Urbanismo e Mobilidade reunida no dia 17 de Dezembro de 2007 após análise da Proposta n.º 494/2007 deliberou: -----

----- Congratular-se com a proximidade da concretização de uma aspiração há muito sentida pela população de Lisboa e da Região com a construção do Hospital de Todos os Santos em Chelas, freguesia de Marvila e recomendar: -----

----- a) - Que seja garantida a propriedade pública do Hospital e do terreno onde se localiza, independentemente do processo de gestão que venha a ser adoptado. -----

----- b) - Que seja garantido o uso como Equipamento e Serviço Público dos terrenos onde se localizam as unidades hospitalares que a construção do Hospital de Todos os Santos venha a desactivar. -----

----- c) - Que estas condições figurem num acordo a celebrar entre o Município de Lisboa e o Ministério da Saúde.” -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra, disse que ia fazer uma apresentação muito curta da proposta. Tratava-se de concluir uma negociação que foi iniciada já no mandato anterior, que conduzira o Ministério da Saúde e a Câmara a irem num processo de aproximação relativamente, quer às parcelas de terreno a alienar por parte do Município, quer do preço a pagar. -----

----- O acordo ficara concluído ainda antes do início do mandato da actual Vereação, e só o facto da Comissão Administrativa não ter competência para prosseguir o processo conduzira à sua interrupção, visto que já em Abril o Senhor Ministro da Saúde tinha comunicado à Câmara a aceitação dos termos propostos pela então Vereação, designadamente quanto ao preço por metro quadrado a alienar. Era nesse sentido que a Câmara tinha viabilizado esse processo, que foi aprovado em Câmara e que era agora presente à Assembleia Municipal para autorizar o processo de alienação. -----

----- Quanto às recomendações que eram propostas pela Comissão Permanente de Urbanismo e Mobilidade, disse que lhe parecia que deveriam ser tidas em conta na negociação posterior do Estado com o Município, ou do Município com o Estado, designadamente quanto ao uso a dar aos edifícios que viessem a ser desafectados do uso hospitalar, e a introdução da cláusula de salvaguarda da propriedade pública do bem, independentemente do modo de gestão que viesse a ter o hospital. -----

----- **O Deputado Municipal Victor Gonçalves (PSD)**, Presidente da Comissão Permanente de Urbanismo e Mobilidade, no uso da palavra para apresentação do Relatório, disse que a Comissão tinha reunido no dia anterior, era para ter a presença do Sr. Vereador Manuel Salgado, mas, por razões perfeitamente justificáveis, na medida em que tinha havido reunião extraordinária da Câmara à mesma hora, combinara-se que hoje lhe fariam chegar aquilo que tinham sido as conclusões da Comissão e, caso houvesse acordo, considerava-se o Relatório perfeitamente definido. Também não tinha tido oportunidade de falar com o Sr. Vereador hoje, mas, pelas palavras do Sr. Presidente, tinha por garantido que o Relatório da Comissão iria fazer parte do acordo posterior a ser firmado entre o Ministério e a Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- Seguidamente leu, na íntegra, o Relatório da Comissão, após o que, falando na qualidade de Deputado Municipal eleito pelo PSD, disse que o PSD também se congratulava com a aprovação desta proposta, que lhe parecia ir obter o consenso generalizado da Assembleia, pelo consenso que já obtivera em Comissão, e parecia-lhe necessário que se obedecesse às condições referidas no Relatório, na medida em que a Câmara estava a ceder um bem público para utilizar pelo Estado. Se amanhã, por qualquer razão, o hospital fosse vendido a privados, naturalmente que o valor do terreno não podia ser aquele que era consignado na proposta. -----

----- Também havia uma preocupação em relação àquilo que seria o futuro dos terrenos, dos edifícios e dos equipamentos desactivados nos hospitais da zona central de Lisboa. Essas áreas teriam que obedecer a critérios de gestão urbanística rigorosos,

para que não viessem a ser utilizados para fins que não fossem aqueles a que estavam actualmente dedicados, ou seja, para fins de equipamentos e serviços públicos. Era essa garantia que desejavam que fosse mantida, na medida em que de outra forma o Ministério estava a criar mais-valias e depois não compensava a Câmara da permuta que tinha feito antes. -----

----- Tinha sido discutido na Comissão, mas não foi considerado que fizesse parte do Relatório, porque, uma vez que em princípio e em teoria se iam abandonar esses hospitais na zona central da cidade, era fundamental que se criasse uma unidade hospitalar de retaguarda que pudesse servir toda a população que vivia nessa zona, uma população normalmente envelhecida e que a deslocalização desses hospitais para um grande hospital na zona de Marvila dificultaria a vida, pelo acesso mais difícil e pelas complicações que isso provocava. -----

----- Era uma recomendação que se fazia à Câmara, para usar toda a sua influência no sentido de convencer o Ministério a não abandonar totalmente os edifícios hospitalares, ou construir outros que pudesse adaptar na zona dos hospitais a desactivar, de forma a garantir um apoio à população residente nessas áreas. Era um apelo que se fazia ao Sr. Presidente da Câmara, que certamente concordaria com ele. -

----- Com certeza que a proposta mereceria o apoio do PSD e de toda a Assembleia, disse a terminar. -----

----- **A Deputada Municipal Teresa Almeida (PS)**, no uso da palavra, disse que em relação à proposta em apreciação, relativa à construção do Hospital de Todos os Santos, o PS desde sempre aprovava a sua construção. -----

----- Referiu que a rede de hospitais da zona central de Lisboa – São José, Capuchos, Desterro e Curry Cabral – encontrava-se muito degradada, conforme era reconhecido, quer pelo Ministério da Saúde, quer por quem procurava os serviços dessas instituições, que não tinham capacidade de expansão e a prestação de serviços eficientes. -----

----- As construções antiquíssimas, com acessos difíceis, dificuldades de mobilidade para doentes e profissionais não proporcionavam quaisquer condições de conforto. ----

----- Por outro lado, a lei atribuía ao Município responsabilidades em relação à melhoria das condições de vida das populações. Desde há mais de duas décadas existiam negociações com a Câmara Municipal que implicavam compromissos de localização desse equipamento de saúde na zona de Marvila/Chelas, e já previstas em sede de PDM. -----

----- Disse que da construção desse hospital, que seria altamente diferenciado, a última linha de cuidados de saúde, hospital de referência para diversos hospitais do Distrito de Lisboa, resultariam com certeza benefícios consideráveis para a população através da respectiva concentração numa unidade moderna e adequada às várias valências exigidas. -----

----- Para além disso, para o Município de Lisboa, ao nível da malha urbana, a construção do hospital geraria com certeza oportunidades para uma requalificação da cidade, principalmente no seu centro histórico, onde presentemente se localizavam os referidos hospitais. -----

----- Quanto aos terrenos, disse que, quer a Comissão no seu Relatório, quer a intervenção do Sr. Presidente da Câmara, já os descansaram e na altura própria seria decidido, quer pela Câmara, quer pela Assembleia Municipal, o que era que lhes ia acontecer. -----

----- Concluiu dizendo que, por todas essas razões, o PS iria votar favoravelmente a proposta 494/2007. -----

----- **O Deputado Municipal João Saraiva (PCP)**, no uso da palavra, começou por dizer que subscreviam inteiramente aquilo que foi ontem decidido na Comissão Permanente de Urbanismo e Mobilidade, e que Sr. Presidente da Comissão acabara de explicitar de forma muito clara. -----

----- De qualquer maneira, pretendia deixar ali algo sobre o que o Grupo Municipal do PCP pensava sobre o assunto. -----

----- Disse, então, que era do conhecimento de todos que a construção do Hospital de Todos os Santos era uma aspiração antiga da população de Lisboa em geral, e da zona oriental da cidade em particular, já que se tratava de um equipamento que manifestamente fazia falta à cidade face à situação de desactualização e, nalguns casos, mesmo de degradação, de alguns dos actuais estabelecimentos hospitalares. ----

----- E era essa situação, aliada à já referida vontade da população, que levava o PCP a expressar o seu voto favorável nesta proposta. -----

----- Em todo o caso, não deixavam, mais uma vez, de ali manifestar a profunda preocupação do PCP relativamente ao futuro desenrolar do processo e, sobretudo, à total incógnita quanto ao destino que o Estado pretendia dar aos equipamentos que iam ser substituídos pelo novo hospital, e sobre o qual esta proposta era totalmente omissa. -----

----- Daí as suas mais que justificadas dúvidas. -----

----- Dúvidas, em primeiro lugar, sobre o vazio que se iria criar na estrutura de equipamentos de saúde que servia a zona central da cidade, e que após processo de remodelação e actualização poderiam vir a constituir peças de enorme valia para uma nova estrutura de proximidade no apoio à saúde da população da zona central da cidade, na sua grande maioria idosa. -----

----- Dúvidas, em segundo lugar, derivadas das já bem conhecidas intenções do Governo, no que respeitava ao património que tinha na cidade e à forma como parecia tratar a Câmara a esse respeito. É que se os hospitais de São José, Desterro, Curry Cabral e Capuchos, situados em pontos centrais da cidade, dispendo de vida própria, de imagem própria e com uma história de vida que já era história da vida da cidade, fossem desactivados de um momento para o outro, uma pergunta teria que se colocar: que iria acontecer a esses sítios? E nada, nada mesmo sobre isso lhes era dito, embora não fosse, infelizmente, difícil antever o destino que poderiam, eventualmente, ter. ----

----- Por outro lado, não era difícil escamotear o facto de as 2.000 camas actualmente existentes nas unidades a desactivar serem substituídas pelas cerca de 800 camas que o Hospital de Todos os Santos parecia poder vir a oferecer. Tratava-se, portanto, de uma bizarra redução, aliás seguindo estratégia já consagrada ao nível da política de saúde promovida pelo Governo. -----

----- Para além disso, considerando que os terrenos que agora seriam vendidos ao Ministério da Saúde para a construção do Hospital de Todos os Santos tinham um preço baixo, assim estabelecido por ser destinado para serviço público, importava que houvesse garantia de impedimento de qualquer hipótese de eventual transmissão do edifício a terceiros, garantindo que o hospital seria, em qualquer modalidade de gestão, sempre propriedade pública. -----

----- Continuando, disse que o PCP entendia que a cidade devia estar disponível para a inovação e renovação de funções de qualidade, funções essas que, na maioria das vezes, justificavam a preservação do edificado que constituía um património colectivo cujo futuro deveria ser discutido de forma participada, ouvindo as populações e os seus eleitos na Autarquia. -----

----- Mas acontecia que esses processos estavam a decorrer, enquanto o processo de revisão do PDM se encontrava em curso. E, apesar disso, julgavam saber que o Governo não auscultara a Câmara sobre tal matéria, nem a Câmara Municipal, pelo seu lado, se fizera ouvir como era sua obrigação. -----

----- Assim, no entender do PCP, tornava-se necessário que a Câmara passasse a manifestar maior atenção e o necessário seguimento a eventuais processos de alteração nos terrenos património do Estado, fosse no que respeitava às alterações dos estatutos dessas unidades instaladas, fosse quanto à utilização dos terrenos resultantes dos processos de substituição. -----

----- Era isso que têm defendido e era nisso que continuariam a insistir, disse a terminar. -----

----- **O Deputado Municipal Heitor de Sousa (BE)**, no uso da palavra, depois de afirmar o acordo integral com o Relatório apresentado pela Comissão Permanente de Urbanismo e Mobilidade, disse que a questão dos terrenos que iam ficar livres depois dos hospitais que agora tinham instalados serem integrados no Hospital de Todos os Santos, em Chelas/Marvila, era matéria que também preocupava o BE, a exemplo de outros Grupos Municipais. -----

----- Mas acreditava que nesta questão o que comandava as opções municipais era a política relativamente à cidade e ao conceito que podiam ter em relação aos usos dos solos dos hospitais do centro da cidade que iam ser substituídos pelo Hospital de Todos os Santos. -----

----- Disse que para o BE era ponto de honra que esses usos não fossem envolvidos em negócios de natureza imobiliária, e estavam em crer que, quer a Câmara, quer o Governo, não seriam intérpretes desses negócios e assegurariam na valência de saúde pública o uso futuro desses solos. -----

----- Havia, nessa base, uma grande deficiência na Cidade de Lisboa, no que respeitava aos cuidados de saúde chamados de retaguarda, aos cuidados de saúde paliativos, e uma das propostas que em muitas ocasiões o Grupo Municipal do BE e a candidatura “Lisboa é Gente” tinha defendido, era que essas unidades pudessem ser reconvertidas para acolher o tratamento de um conjunto de doentes que, em muitos casos, não tinham sequer sítio para convalescer depois de uma intervenção hospital. E,

em muitos casos também, não tinham mesmo casa para onde ir para que se pudessem restabelecer do ponto de vista da sua saúde. -----

----- Nessas circunstâncias, estavam em crer que Lisboa, atendendo até ao envelhecimento progressivo que a cidade tem conhecido nos últimos anos, precisava desse tipo de instalações e desse tipo de equipamentos de saúde pública, e o Governo e a Câmara tinham obrigação de dar resposta positiva em relação a esses anseios. -----

----- Por fim, disse que o BE se iria continuar a bater para que o próximo PDM mantivesse como uso público e como uso de saúde pública os equipamentos cuja desactivação futura se perspectivava. E, para além disso, iriam bater-se também para que a Câmara e o Governo investissem, em conjunto, na recuperação dessas unidades com esse objectivo. -----

----- **O Deputado Municipal Rui Roque (CDS-PP)**, no uso da palavra, disse que o conceito de eliminação de alguns hospitais, que tinham uma ligação, quase diria histórica com a população de Lisboa mas que eram hoje, como equipamentos de saúde, completamente obsoletos e implicando custos e ineficiências no exercício da função para que foram desenhados completamente inoportáveis, era uma prática que deveria ser continuada. -----

----- Naquilo que a Câmara Municipal, que não era a responsável pelo parque de saúde a esse nível na Cidade de Lisboa, pudesse contribuir, obviamente respeitando e sendo respeitada como proprietária dos terrenos onde as instalações se iam construir, entendia que era sempre importante que a Câmara contribuísse para a resolução do problema e não fosse parte dele. -----

----- Por outro lado, a Câmara deveria ter também um cuidado muito grande no sentido de evitar algumas atitudes que descreveria como aquele velho sonho de qualquer agricultor que era ter sol na eira e chuva no nabal. Ou seja, eram de evitar determinadas situações, tudo bem que se construísse um hospital moderno, um hospital adequado aos serviços para os quais hoje o velho hospital já não prestava, mas que se deixasse qualquer coisinha para trás apenas para que as pessoas não sentissem a falta daquele espaço que durante muitos anos estivera próximo delas. -----

----- Se calhar seria melhor não entrar nesse tipo de situações um pouco sentimentalistas, nalguns casos até demagógicas, e dizer às pessoas que seria melhor instalar um bom sistema de transportes que permitisse, provavelmente no mesmo tempo que demoravam a subir uma ladeira para actualmente chegar ao hospital, que no mesmo tempo chegavam ao novo hospital em Chelas/Marvila, que entretanto iria ser construído e que, aí sim, teriam todas as condições para serem assistidas de forma adequada, embora sentimentalmente pudessem estar ligadas ao hospital onde durante muitos anos foram atendidas. -----

----- Por conseguinte, seria preciso que houvesse algum cuidado com esse tipo de sentimentalismo/demagogia porque isso saía muito caro e nem sempre servia bem as pessoas para as quais se julgava estar a fazer um bom serviço. -----

----- **O Deputado Municipal Silva Dias (PCP)**, no uso da palavra, começou por pedir desculpa por ocupar os primeiros minutos desta sua intervenção com uma observação de memória e de carácter pessoal. -----

----- Referiu, então, que em 1969 iniciava a sua carreira de servidor do Estado no Gabinete Técnico de Habitação da Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- Estavam a passar a limpo o Plano de Urbanização de Chelas com vista à declaração de utilidade pública que permitiria as necessárias expropriações, quando ocorreria em Lisboa um assustador tremor de terra e logo receberam ordem dos mais altos níveis da governação para reservar no plano um terreno com 120.000 m² para construção de um hospital que substituísse o Hospital de São José. É que o convento onde estava o Hospital de São José foi o edifício que mais se aproximara da situação de colapso. Racharam abóbadas, caíram tectos, instalara-se o pânico. -----

----- Foi possível seleccionar em Chelas, na Zona J, um terreno com a área solicitada, com condições favoráveis para a instalação de uma unidade hospitalar. Um terreno planáltico, boa orientação solar, vista sobre o rio, acessibilidades fáceis, proximidade de zonas verdes, facilidades de alojamento e oportunidades de trabalho para a população. -----

----- Os 40 anos seguintes, 30 dos quais como autarca, levaram-no, na medida das suas possibilidades, a defender esses 120.000 m² de terreno. O prolongamento da Av. Estados Unidos da América, como acesso à EXPO, levou milhares de metros quadrados, uma rua improvisada, espúria no plano, cortou-o ao meio e levou mais um quantos metros quadrados, pelo que dos 120.000 m² previstos restavam agora 97.000 m², nada mau nos tempos que iam correndo. -----

----- Compreenderiam, portanto, que ao júbilo de todos pela construção de um novo hospital na cidade, juntasse a sua satisfação pessoal. -----

----- E se tudo começara no Hospital de São José, era justo que voltassem um olhar sobre ele como também sobre os hospitais do Desterro, Capuchos, Curry Cabral e de Arroios, e sobre todos os terrenos desactivados da cidade, fossem hospitais, maternidades, quartéis, fábricas, instalações portuárias, mercados e estabelecimentos de ensino, os chamados vazios urbanos. -----

----- E aqui a alegria era ligeiramente ensombrada por alguma tristeza. É que todas essas instalações produtoras de riqueza, segurança e bem-estar, eram sistematicamente substituídas, há alguns anos a esta parte, por habitação e escritórios, quando não por condomínios de luxo. -----

----- Referindo-se apenas aos casos passados pela Assembleia Municipal e citados de cor, lembrou a Garagem Militar, na Rua Viriato, habitação e escritórios; o Hospital Militar da Rua Artilharia Um, habitação e escritórios; a Fábrica Regina, condomínio fechado de luxo; a Fábrica Favorita, à Graça, habitação; o terreno do Gasómetro, à Av. Infante Santo, com valor arqueológico, condomínio fechado de luxo; a Fábrica de Material de Guerra, de Braço de Prata, habitação de luxo; idem a Fábrica Barros na Av. Infante D. Henrique, e do outro lado desta mesma avenida outro condomínio de luxo nuns terrenos que já foram industriais; em Alcântara, se não fosse a vontade da população, já lá estariam torres altaneiras na embocadura do vale; e o Colégio dos Inglesinhos, no Bairros Alto, habitação de luxo. -----

----- E o que se irá passar com os terrenos do IPO e os terrenos da Portela? -----

----- Assistia-se em Lisboa àquilo que na gíria urbanística se chamava o efeito *donuts*, aqueles bolos que têm um buraco no meio, as actividades produtivas migravam para a periferia e o centro ficava para habitação e escritórios, e estes, especialmente os bancos, seguiam as actividades produtivas porque era aí que eles queriam estar, e no centro só ficava habitação, habitação envelhecida que ao desaparecer era substituída por minorias honestas mas também pela marginalidade. O remédio para esse mal chamava-se planeamento urbano, o instrumento era o Plano Director Municipal. -----

----- Por isso, pedia ao Sr. Presidente da Câmara que, para os tranquilizar, lhes disse que o Executivo estava atento ao problema, que isso não sucederia a Lisboa para bem de todos, mas sobretudo para bem dos netos de todos. -----

----- **A Senhora Presidente**, dado que mais ninguém desejou intervir, encerrou o debate e de seguida submeteu à votação a proposta 494/2007, tendo a Assembleia deliberado aprová-la, por unanimidade. -----

----- O Deputado Municipal Jorge Penedo, do PSD, não tomou parte nesta votação por incompatibilidade. -----

----- **PONTO 9 – PROPOSTA 629-2007 – APROVAR AS GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O QUADRIÉNIO 2008-2011 E O ORÇAMENTO PARA 2008, AO ABRIGO DA ALÍNEA B) DO N.º 2 DO ART.º 53º DA LEI 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI N.º 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO.** -----

----- PROPOSTA 629/2007 -----

----- GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O QUADRIÉNIO 2008/11 -----

----- ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE LISBOA PARA O ANO DE 2008 -----

----- “Considerando que é competência da Câmara Municipal a elaboração das propostas das Grandes Opções do Plano e do Orçamento para o Município, de acordo com alínea c) do n.º 2 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, na redacção introduzida pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro e ainda do disposto no parágrafo 1 do ponto 2.3 do decreto-Lei n.º 54-A/99 de 22 de Fevereiro (POCAL); -----

----- Tenho a honra de propor que a Câmara delibere:-----

----- Aprovar submeter à aprovação da Assembleia Municipal de Lisboa, nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, as Grandes Opções do Plano para o quadriénio de 2008-2011 e o Orçamento para 2008.” -----

----- ADENDA À PROPOSTA 629/2007 -----

----- “Considerando que as Juntas de Freguesia dado a sua proximidade com as suas populações desempenham um trabalho importante. -----

----- Considerando o seu desempenho nas matérias delegadas nos protocolos existentes. -----

----- Temos a honra de propor, que a verba inscrita no orçamento de 2008 para as freguesias sejam as mesmas atribuídas no ano corrente (23.827.094 €), através do reforço de 1.365.901 € no projecto 13/01/A101 com correspondência orçamental na rubrica 04.02 – 04.05.01.01.01, com contrapartida pela anulação, no mesmo montante, na dotação orçamental 01.05 – 03.05.02 do orçamento de 2008.” -----

----- ERRATA -----

----- ORÇAMENTO 2008 -----

----- “Página 102 (versão digital) -----

----- Na rubrica orçamental 08.03/04.01.02 Privadas, onde se lê 380.680 Euros deve ler-se 400.000 Euros. -----

----- Na rubrica orçamental 08.03 / 04.07.01 Instituições sem Fins Lucrativos, Onde se lê 125.102 Euros deve ler-se 105.782 Euros.” -----

----- PLANO DE ACTIVIDADES 2008 -----

----- “Página 89 (versão digital) -----

----- No código de Plano 08/01/A204 – Rally Lisboa - Dakar, rubrica orçamental 08.03/04.01.02, onde se lê 380.680 Euros deve ler-se 400.000 Euros. -----

----- No código de Plano 08/01/A201 – Moda Lisboa, rubrica orçamental 08.03/04.07.01, onde se lê 112.612 Euros deve ler-se 93.292 Euros.” -----

----- (As Grandes Opções do Plano e o Orçamento, que devido à sua extensão não se reproduzem nesta acta, ficam devidamente arquivados nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal) -----

----- **A Comissão Permanente de Administração, Finanças e Desenvolvimento Económico, apresentou o Parecer que a seguir se transcreve:** -----

----- PARECER -----

----- “A Comissão Permanente de Administração, Finanças e Desenvolvimento Económico, reunida em 17 de Dezembro de 2007, para análise da Proposta n.º 629/2007, da Câmara Municipal de Lisboa, deliberou, por unanimidade: -----

----- 1. Que a proposta de Orçamento para 2008 e Grandes Opções do Plano se encontram aptas à discussão em sessão plenária da Assembleia Municipal; -----

----- 2. Reafirmar a necessidade de introdução de maior clareza na elaboração do Orçamento e das Grandes Opções do Plano, recomendando que, doravante, sejam oferecidos à Assembleia Municipal dados comparativos relativos aos Orçamentos e à execução orçamental dos dois últimos anos financeiros.” -----

----- **O Senhor Vereador Cardoso da Silva**, no uso da palavra para apresentação dos documentos, começou por dizer que ia pedir duas desculpas, o que não era grande maneira de começar, mas tinha que começar por algum lado. -----

----- Disse, então, que no dia anterior, por razões de impossibilidade, não tinha podido estar nem na Comissão Permanente de Administração Finanças, nem na Comissão de Recursos Humanos, facto de que pedia desculpa aos respectivos membros. -----

----- Por outro lado, no outro dia não tivera oportunidade de se dirigir à Assembleia Municipal. Tinha um enorme prazer em estar na Assembleia e tinha um enorme respeito pelo trabalho da Assembleia. Era a segunda vez que participava numa Assembleia deste tamanho. Tinha um acordo com o Sr. Presidente de que não falava para mais de 100 pessoas, mas parecia-lhe que não estavam mais de 100 pessoas e, portanto, podia falar. -----

----- Prossequindo, disse que o Orçamento se caracterizava por duas palavras: de rigor e difícil. -----

----- Difícil porquê? Tinha sido muito difícil de fazer porque, como os Srs. Deputados Municipais sabiam, os serviços da Câmara Municipal estavam há muito tempo habituados a fazer orçamentos que traziam uma dívida agarrada. Portanto, era muito difícil verificar quais as despesas que eram efectivamente despesas anuais. Era difícil não só ao ser planeado, executado, discutido, mas seria muito difícil de cumprir, dado um conjunto de exigências que abordaria mais tarde. -----

----- Quanto ao rigor, era uma palavra que estava gasta. Não devia haver nenhum agente público que não quisesse usar a palavra rigor. Mesmo em situações de abundância, havia a obrigação de usar os dinheiros públicos adequadamente, mas agora não havia opção, tinha que ser rigoroso, pois não havia alternativa. Fazia-o com muito gosto, ser rigoroso, porque era o dever de todas as pessoas que estavam ali. -----

----- Mas a primeira grande observação que desejava fazer sobre o Orçamento era o facto das despesas serem enquadradas por receitas realistas. -----

----- As receitas estruturais, ou correntes, como todos sabiam, tinham sido calculadas com uma regra que obrigava a tomar em consideração as receitas dos últimos 24 meses. -----

----- Nas receitas extraordinárias, que eram essencialmente de venda de património, reduzira-se de 312 para 45 milhões de euros de dotação. Esses 45 milhões de euros tinham duas componentes, uma de venda de património *tout-court* e uma venda de património particular, que era a venda de património dos bairros municipais, ou de fogos municipais, num caso aos seus arrendatários ou futuros arrendatários, noutra caso eram fogos devolutos. -----

----- Iria agora deter-se no essencial da proposta. Como sabiam, este era o primeiro ano de aplicação do Plano de Saneamento Financeiro. Tinha-se discutido bastante o Plano, houve várias controvérsias, uns diziam que se estava a cortar pouco, outros que se estava a cortar demais. -----

----- Começando pelas despesas com pessoal, disse que para o ano de 2007 havia uma dotação de 250 milhões de euros. Propunha-se para este Orçamento 238 milhões de euros, sendo que no Plano de Saneamento Financeiro estavam 236 milhões. -----

----- Havia como compromissos já do ano de 2007 cerca de 246 milhões de euros e de pagamentos 223 milhões. Como se podia ter visto nas Contas, estava-se cerca de 5% abaixo do Orçamento, o que era um bom indicador. -----

----- Neste ano tinham entrado para a Câmara Municipal 245 pessoas, sendo que 145 eram polícias municipais, mas era política do actual Executivo que no próximo ano não entrassem novos elementos na Câmara. Era muito provável que pudesse entrar um ou outro técnico, como por exemplo num concurso que ia ser lançado para apanhador de cães, mas eram coisas muito restritas e haveria por aí uma excelente economia. -----

----- Em relação ao trabalho extraordinário, disse que só podia ser reduzido com duas situações que confluíam: uma delas era que não fazia sentido haver trabalho extraordinário para pessoal não operacional. Toda a gente sabia que o trabalho extraordinário tinha na Câmara, principalmente para as remunerações mais baixas, e que na realidade eram baixas, uma importância de complemento. No entanto, tinha

que se avançar nessa matéria e reestruturar os serviços de modo a que o trabalho extraordinário não fosse necessário. -----

----- Em relação às avenças, disse que o Sr. Presidente da Câmara, provavelmente, daria notícias sobre essa matéria, tal como já tinha dado à Câmara. Já se avançara imenso e havia solução para a integração da maior parte dos avançados no quadro da Câmara Municipal. -----

----- Quanto às matérias-primas e aos fornecimentos, disse que se propunha fazer uma redução de uma dotação de 157 milhões para cerca de 103 milhões de euros. Mais uma vez se contava com os Srs. Directores Municipais e toda a estrutura para um trabalho que, nomeadamente, já vinha do anterior Executivo e que era o Sistema Centralizado de Compras. Esperava fazer estender o Sistema Centralizado de Compras às empresas municipais, para que pudessem beneficiar, como também se pensava utilizar a Central de Compras da Área Metropolitana de Lisboa e a Central de Compras do Estado. -----

----- Disse que os compromissos para 2007 já eram cerca de 140 milhões de euros e o que se propunha fazer nos fornecimentos, matérias-primas, etc., era um esforço que exigiria dos serviços enorme capacidade de gestão. -----

----- Quanto ao serviço de dívida, a única comunicação que podia fazer era que estava incluído no Orçamento o serviço da dívida do empréstimo a contrair. Estava convencido que a Câmara teria, provavelmente, as melhores condições de contratação realizadas este ano em Portugal e talvez na Europa. -----

----- No Plano de Saneamento Financeira tinha-se proposto fazer um grande corte nas transferências. -----

----- Fazia parte da proposta uma adenda, proposta pelos Senhores Vereadores do PSD e por si próprio, para corrigir o Orçamento. Era um aumento para as Juntas de Freguesia e uma diminuição numa verba de serviços da dívida, que era a economia que esperava ter, fruto do empréstimo. -----

----- Nas empresas municipais seria feito um grande corte nas transferências, que se traduzia na passagem de uma dotação de 21 milhões de euros para cerca de 8 milhões. Era significativo. -----

----- Seria concluído o corte de 30% nos outros subsídios e a grande diferença era de facto nas despesas de investimento. Seria feito um investimento adequado às receitas e ao saldo estrutural existente. -----

----- Este Orçamento era o primeiro passo do Plano de Saneamento Financeiro, que tinha como principal característica, e era bom que todos soubessem, liquidar as dívidas todas de fornecedores este ano, chegando-se ao fim do ano de 2008 sem problemas com fornecedores. Incorporava nas diversas alíneas as reduções propostas no Saneamento Financeiro, 11% nas despesas correspondentes a fornecimentos e serviços externos. -----

----- Iriam acabar em dois anos os arrendamentos para os serviços: -----

----- Isso só poderia ser feito prosseguindo pelo menos quatro vectores. Tinha que se reestruturar o sector empresarial municipal, o que já estava ser feito; -----

----- Tinha que se reestruturar os serviços. Os serviços da Câmara tinham uma característica a que chamaria característica vertical, em que os problemas começavam numa divisão, subiam ao departamento, iam ao Director Municipal, iam ao Vereador, desciam e continuavam. Tinha que se mudar isso, não só por razões de serviço a prestar aos munícipes, como também para tornar a estrutura mais ágil e mais barata. --

----- Seria lançado o Programa SIMPLIS, em que as técnicas de *work-flow*, etc., permitiriam ser não só mais ágeis, como mais baratos. -----

----- Tinha dito e repetia que havia muito pouco para investir. A solução era fazer parcerias e a primeira parceria, que era essencial, era com a iniciativa privada. Distinguia as parcerias com o Estado, em que se iria reaver a zona ribeirinha, e as iniciativas com a iniciativa privada, em que praticamente toda a reabilitação urbana seria feita pelos privados. -----

----- Esperava convidar as Juntas de Freguesia a utilizar a Central de Compras, mas para isso teriam que ser eficazes e estender a colaboração. -----

----- Seria utilizada uma parceria com o IRU para resolver os problemas dos Bairros das Amendoeiras, Lóios, Condado e Armador. -----

----- Uma questão que gostava de referir, essencial, era o voltar a assegurar o cumprimento dos serviços públicos essenciais: limpeza urbana, manutenção de espaços verdes, passeadeiras e passeios. -----

----- Destacava o início de um programa de modernização das escolas e das creches, com a construção de 7 novas escolas e reabilitação de 26 escolas mais degradadas. ----

----- Terminava assinalando algumas efemérides que se iriam comemorar: os 250 anos da aprovação do Plano de Reconstrução da Baixa; os 100 anos da eleição da primeira vereação republicana, que pedia desculpa aos monárquicos mas era um facto importante; os 10 anos da EXPO. Parecia-lhe que também haveria alguma coisa com o Fernando Pessoa, mas não tinha de cor. -----

----- Seria afirmada Lisboa como centralidade global e inserir Lisboa na Rede das Cidades Criativas. -----

----- **A Deputada Municipal Marta Rebelo (PS)**, Presidente da Comissão Permanente de Administração, Finanças e Desenvolvimento Económico, no uso da palavra, leu o parecer da Comissão atrás transcrito. -----

----- **O Deputado Municipal Vasco Valdez (PSD)**, no uso da palavra, começou por salientar que o mandato da Câmara actualmente em funções fora norteado, de acordo com as palavras do Sr. Presidente, no sentido de sanear financeiramente a Autarquia. Para tanto, a Câmara Municipal dispunha de um conjunto de instrumentos, alguns dos quais da responsabilidade exclusiva da própria Câmara e da sua gestão corrente, nomeadamente em tudo aquilo que respeitasse à redução das avenças, à concessão de horas extraordinárias, à utilização de viaturas por funcionários. Nessa medida, não careciam de autorização da Assembleia Municipal. -----

----- Havia outras que requeriam a aprovação da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal de Lisboa, como fora o caso do Plano de Saneamento Financeiro e em relação ao qual, como era sabido, o PSD tinha-se absterido. -----

----- A votação do pacote fiscal, diria assim, onde a única questão fora respeitante à aplicação da taxa do IMI dos prédios não avaliados, ao abrigo das novas regras, de 0,7 para 0,8%. -----

----- Tinha sido aprovado o empréstimo, nos moldes que todos conheciam, na última Assembleia Municipal. -----

----- No domínio do Orçamento para 2008, o mesmo tinha sido aprovado em Câmara Municipal, tendo o PSD viabilizado através da respectiva abstenção, o que se manteria na Assembleia Municipal. -----

----- O PSD vinha contribuindo, de uma forma clara e responsável, para que o Sr. Presidente da Câmara e a sua equipa pudessem responder cabalmente pelas opções que tomassem e pelas decisões que efectuassem. Isso para que não houvesse quaisquer álibis e para que o PSD não se pudesse constituir num factor de destabilização para a gestão que o Sr. Presidente e a sua equipa entendessem por bem levar a cabo. Cada um responderia no final, cabalmente, pelas opções que tomasse nesse domínio. -----

----- Não havia álibis por parte da Câmara Municipal para que não pudesse realizar completamente o respectivo programa. -----

----- Como tinha sido salientado pelo Sr. Vereador Cardoso da Silva na sua intervenção, também não havia álibis no domínio do Orçamento, porque depois da rectificação que certamente seria levada a cabo por alturas da aprovação pelo Tribunal de Contas do respectivo empréstimo, o Orçamento seria acrescido dos valores aprovados na última reunião e era um Orçamento que não comportava dívidas do passado. -----

----- Era um Orçamento bastante mais aliviado que alguns apresentados pelas maiorias cessantes e queria que isso ficasse claramente registado, para que houvesse a percepção clara de não haver quaisquer álibis no exercício pleno das funções pela maioria da Câmara, ou melhor, pela maior minoria possível da Câmara. -----

----- Por outro lado, um ensejo que já tinha manifestado e que agora também transparecia no relatório da Comissão, era para uma melhor qualidade da informação disponível para análise do Orçamento e das Grandes Opções. Na realidade, era confrontado com inúmeras deficiências. Não vinha sequer acompanhado de um relatório de execução orçamental tal como ela se encontrava à melhor data, como acontecia no Orçamento de Estado de cada ano. Havia alguma dificuldade e era necessário fazer um trabalho mais intenso, no sentido de ter a informação suficiente para uma comparação minimamente credível entre o que era a proposta de Orçamento e o que eram os dados de execução desse mesmo Orçamento. Esperava que em exercícios futuros esse tipo de informação fosse disponível. -----

----- Considerou a aprovação do Orçamento hoje um pouco apressada. Como se sabia, o Orçamento tinha sido aprovado na véspera em sessão de Câmara e já hoje era submetido à Assembleia Municipal. Tinha estado a ler algumas das intervenções do Senhor Presidente e dos Srs. Vereadores a propósito do Orçamento e praticamente não tivera tempo para preparar de forma meticulosa a aprovação do Orçamento. -----

----- Uma questão que queria colocar à Assembleia era se o trabalho de preparação da própria Comissão de Finanças da Assembleia não deveria ser mais profícuo e mais profundo, justamente no sentido de abordar com maior profundidade o Orçamento, para que o trabalho de discussão na Assembleia fosse enriquecido pela presença e pela explicação em detalhe por parte do Sr. Vereador e do Sr. Presidente, quem entendessem, nessa mesma Comissão. Aí também haveria melhorias significativas a poder ser introduzidas. -----

----- Entrando propriamente na proposta de Orçamento, o Sr. Vereador Cardoso da Silva tinha salientado que se tratava de um Orçamento de rigor e difícil. Na realidade, todos os Orçamentos eram difíceis. Não se estava num país árabe, não havia poços de petróleo, até ver, e portanto havia grandes restrições ao nível das receitas. Em contrapartida, havia muitas necessidades a superar através da realização de despesas. -

----- Um dos pontos que se vinha referindo era que este Orçamento marcava uma ruptura com o passado, no sentido de haver uma diminuição da despesa na ordem dos 32%. Diria que isso era verdade se fosse feita uma comparação estática entre aquilo que eram as propostas de Orçamento inicial e aquilo que era a proposta de Orçamento para 2008, mas os valores já eram significativamente diferentes, e ver-se-ia que afinal a ruptura não era assim tão significativa, se analisassem as execuções orçamentais comparadas com aquilo que era a proposta de Orçamento. -----

----- No período entre 2003 a 2007, diria que o Orçamento agora apresentado tinha um equilíbrio entre receitas e despesas na ordem dos 546 milhões de euros. Significava que em 2003 a receita tinha sido de 569 e a despesa de 623 milhões de euros. Em 2004 o executado foram 510 da receita, 523 da despesa. Em 2005 foram 661 de receita e 626 de despesa. Em 2006 foram 616 milhões de receita e 584 de despesa. ----

----- Olhando aos números de Novembro de 2007, verificava-se que a receita neste momento já ia em 512 milhões, o que significava que até ao final do ano, certamente, chegaria a um valor próximo ou muito provavelmente superior àquilo que era a receita apresentada pela Câmara Municipal. -----

----- Se pensassem que o ano de 2007 também fora um ano anómalo em termos de gestão da Autarquia, pelas razões que todos sabiam, nomeadamente não propiciando a realização de receitas extraordinárias, significava que o Sr. Vereador Cardoso da Silva e o Sr. Presidente da Câmara iam ter uma margem de manobra bastante mais significativa. -----

----- Sabia que era uma decorrência da forma de realização do Orçamento, também um pouco estranha mas compreensível, de qualquer forma era preciso estarem atentos e provavelmente a receita a realizar em 2008 não seria de 546 milhões de euros, seria significativamente superior. -----

----- Desde logo, por exemplo, não levava em linha de conta o facto de ser já um ano de cruzeiro e de poder haver vendas de património, que, aliás, a própria Autarquia estimava de uma forma prudente em 45.3 milhões de euros, por comparação com os mais de 300 milhões que constavam do Orçamento inicial. -----

----- Por outro lado, olhando à despesa, na realidade estava-se com uma despesa de 463 milhões de euros, que comparava com 546 do ano seguinte. Significava que

aparentemente, 11/12, haveria uma despesa que provavelmente em 2007 ficaria aquém da despesa de 2008. -----

----- O Sr. Vereador poderia dizer que havia muita despesa em carteira e que os números finais seriam superiores, mas pensando nos dados da execução orçamental de Novembro, se houvesse uma tendência normal na realização das despesas, significaria que a despesa para 2008 não diminuiria os tais 32%, porque verificava-se que os valores da despesa só marginalmente, em relação a essa série estatística dos últimos anos, é que realmente diminuiria. -----

----- Em resumo, se porventura tinha havido algum voluntarismo exagerado na realização dos Orçamentos anteriores, nomeadamente no que respeitava à inscrição das verbas para venda de património, em contrapartida poder-se-ia pensar que aí também havia uma prudência exagerada da parte da Câmara Municipal na proposta do Orçamento para 2008. Estava convencido que a receita prevista para 2008 seria ultrapassada significativamente, face aos valores constantes da mesma, e portanto, para o segundo semestre de 2008, a Câmara Municipal estaria eventualmente em condições de fazer uma revisão em alta da despesa porque tinha uma contrapartida da receita. -----

----- Era bom que isso ficasse registado aqui hoje, para que houvesse essa percepção clara e se pudesse fazer a apreciação à luz dos números que vinha referindo. -----

----- Se o Sr. Vereador permitisse uma chamada de atenção, diria que alguma coisa se passava em relação à gestão das taxas, nomeadamente em relação à TRIU, que caía abruptamente. Se a receita dos impostos cobrados pelo Estado vinha a ter um comportamento excepcional e um crescimento sustentado e reiterado ao longo dos anos, de alguma forma era responsável parcial por essa situação, a verdade era que em relação às taxas, de execução plena pela própria Autarquia, havia que ter uma especial atenção. Ou havia um desaceleramento enorme da actividade de construção na Cidade de Lisboa, com quebras significativas das respectivas taxas, ou haveria qualquer coisa que aparentemente não justificava a quebra das receitas das taxas próprias do Município. -----

----- Por outro lado, 2008 marcaria um ano em que as transferências do Orçamento de Estado já não teriam vicissitudes, o Governo socialista alinhava com a Câmara socialista e, portanto, não haveria as trapalhadas que todos conheciam relativamente às transferências do Orçamento de Estado, designadamente do IRS. A Câmara Municipal beneficiaria, neste caso concreto, da “generosidade” do Poder Central e da Assembleia da República de maioria socialista. -----

----- Quanto às transferências para as Juntas de Freguesia, era evidente que no início da proposta havia alguma quebra nos respectivos montantes, mas essa questão, por proposta dos Vereadores do PSD e subscrita pelo Sr. Vereador Cardoso da Silva, estava superada e por consequência também aí havia um mérito adicional do PSD e do Sr. Vereador Cardoso da Silva, no sentido de repor uma situação que permitia fazer justiça e fazer com que, pelo menos, essas transferências estivessem ao nível do ano de 2007. -----

----- Quanto a algumas descidas, não ia maçar com uma análise exaustiva, mas diria que se olhassem para alguns dos valores das despesas, e parecia-lhe que se deviam concentrar em torno das despesas, algumas das situações deixavam dúvidas, porque algumas quebras ou alterações dos montantes não eram assim tão significativas e algumas até apontavam no sentido do crescimento. Por exemplo, as requisições, os pagamentos a membros dos órgãos autárquicos, o aumento nas gratificações, cuja razão não fazia a mais pequena ideia. -----

----- Tinha algumas dúvidas em relação às horas extraordinárias. O Sr. Vereador acabava de afirmar que era para as pessoas que tinham actividades operacionais, mas o que diria era que as horas extraordinárias, ou se faziam ou não. Se eram operacionais ou não, não fazia a mais pequena ideia, mas se as pessoas faziam horas extraordinárias deviam recebê-las, se não faziam as horas extraordinárias não as deviam receber. Era assim que determinava a Lei e era assim que se devia fazer e esse é que devia ser o critério a utilizar na redistribuição das horas extraordinárias. Não podiam ser vistas como um complemento de ordenado, mas para fazer aquilo a que diziam respeito. -----

----- Finalizando, o PSD estava atento à maneira como seria executado o Orçamento de 2008, que tinha, aliás, alguns sinais contraditórios, nomeadamente em tudo aquilo que respeitava à receita, que parecia estar subavaliada. Podiam estar subavaliadas também as transferências para as empresas municipais e intermunicipais, que tinham um grande corte e não sabia até que ponto corresponderia à realidade efectiva. Esse era um ponto muito importante. O universo do grupo Câmara Municipal fazia-se com a Câmara propriamente dita e com as empresas e importava ter essa visão de conjunto porque muitas vezes estavam-se a travar lutas titânicas em torno dos serviços camarários, mas em contrapartida havia um despesismo latente e crescente nas empresas, quer fossem municipais ou estaduais. Importava ter essa visão de conjunto, para que se pudesse actuar de uma forma minimamente eficaz. -----

----- O PSD ali estaria a fazer a análise da execução e a monitorizar o acompanhamento do Orçamento de 2008, a avaliar como seria feita a respectiva execução e a explicar aos cidadãos de Lisboa se de facto a situação financeira do Município iria sofrer uma melhoria significativa, ou se, pelo contrário, se tratava, como o PSD suspeitava, de uma mera e bem preparada operação de cosmética. -----

----- **O Deputado Municipal Miguel Coelho (PS)**, no uso da palavra, disse que como já fora referido pelo Sr. Vereador Cardoso da Silva, estava-se perante um Orçamento de verdade e de rigor. De verdade porque não vivia de receitas empoladas. Não vivia, como os anteriores, à custa do empolamento de venda de património, que nunca depois se fora capaz de realizar na totalidade. Era um Orçamento de rigor porque aproximava a despesa da previsão da receita e por isso era um Orçamento de saudar. --

----- Era uma receita que, como já fora dito, diminuía praticamente 32% em relação ao orçamentado para 2007, nomeadamente à custa do empolamento de venda de património, em que estavam orçamentados 380 milhões de euros e dos quais os anteriores Executivos só foram capazes de realizar cerca de 15% do que estava orçamentado. Era por isso um Orçamento realista. -----

----- A situação que se vivia na Câmara Municipal de Lisboa era insustentável. A Câmara tinha vivido acima das suas possibilidades e por isso a necessidade de reduzir as despesas. Vivendo-se acima das possibilidades, quando se descia à terra era necessário cortar aquilo que se gastava a mais. -----

----- Como apontavam as Grandes Opções do Plano que estavam a analisar, reduzir as despesas da Câmara passava pela racionalização e organização dos serviços, pela redução drástica dos encargos com a despesa. Se isso tinha que ser feito, naturalmente que Lisboa não podia, nem seguramente iria parar. Lisboa não podia passar pela vergonha de paralisar obras por falta de pagamentos, como acontecera frequentemente no anterior mandato. Lisboa tinha que se virar para o futuro e ia apostar no futuro. ----

----- O futuro de Lisboa era, em primeiro lugar, as pessoas que viviam e trabalhavam em Lisboa e, por isso mesmo, as prioridades estabelecidas nas Grandes Opções do Plano tinham em conta como primeira prioridade os problemas das pessoas. Por isso a Câmara estabelecia uma primeira parceria que queria aqui salientar, que era a parceria com as juntas de freguesia. Era o reconhecimento do papel importante das juntas de freguesia na resolução dos problemas concretos das pessoas, era o reconhecimento da vontade de trabalhar em conjunto com as juntas de freguesia. Por isso, queria aqui registar a manutenção dos mesmos níveis de investimentos e transferências de verbas da Câmara para as freguesias. -----

----- Também fazia parcerias com o Estado, nomeadamente para resolver o velho problema de devolver aos cidadãos de Lisboa o usufruto da sua zona ribeirinha. Brevemente essas parcerias produziram projectos específicos, tal como estava anunciado nas Grandes Opções do Plano, para o Terreiro do Paço, para a Ribeira das Naus, para Belém, para Pedrouços e para a Docapesca. -----

----- Também parcerias na área social, potenciando a capacidade da Santa Casa da Misericórdia, aliada à própria capacidade dos Serviços Sociais da Câmara Municipal de Lisboa, que também aproveitava para saudar. -----

----- Havia mais parcerias em benefício dos cidadãos. A parceria com o Instituto de Reabilitação de Habitação Urbana, que nomeadamente ia permitir a reabilitação em bairros, sempre anunciadas mas nunca concretizadas nos anteriores mandatos, a começar pelos Bairros das Amendoeiras, dos Lóios, do Condado e do Armador. A parceria para a Reabilitação da Baixa-Chiado. Todas essas parcerias obedeciam a prioridades claramente definidas nas Opções do Plano, que queria aqui saudar. -----

----- Em primeiro lugar, a prioridade dirigida para os problemas da higiene urbana, dos espaços verdes, das passadeiras e dos passeios. Como se podia ver, sempre e sempre as pessoas em primeiro lugar. Ao estabelecerem-se essas prioridades estava-se a lutar pela qualidade de vida dos cidadãos. -----

----- Também a prioridade naquilo que dizia respeito às escolas, tão esquecidas ou tão completamente ignoradas no anterior mandato, com a previsão de construção de 7 novas escolas e reabilitação de 26 escolas. -----

----- Prioridades também na requalificação dos equipamentos culturais, que deviam estar cada vez mais ao serviço dos cidadãos. -----

----- Prioridades na implementação de redes de percursos pedonais e cicláveis, também ao serviço dos cidadãos, tendo em vista a melhoria da qualidade de vida das pessoas. -----

----- Prioridade nos processos de venda das habitações municipais aos respectivos inquilinos, para que assim se pudesse realizar financiamento para as obras de manutenção e de recuperação desses mesmos bairros municipais, conforme compromisso do Sr. Presidente da Câmara. -----

----- Prioridade na reabilitação urbana, começando pelo Parque Mayer e resolvendo uma questão que a todos já confundia e que deixava entristecidos. Igualmente a reabilitação urbana para o Bairro Alto, para Ajuda-Belém, para o Bairro Padre Cruz, para a Boavista, para o Bairro da Liberdade e para São João de Brito. Eram essas as prioridades definidas em matéria de reabilitação urbana nas Grandes Opções do Plano. -----

----- Era também uma prioridade o estacionamento para residentes, um problema complicado na Cidade de Lisboa que urgia enfrentar, para que se pudesse também por essa via resolver uma questão muito concreta e que muito contribuía para que muitos cidadãos optassem por ir morar para fora de Lisboa. -----

----- Prioridade para o desporto, através do Desporto Para Todos e do previsto Programa Lisboa Activa. -----

----- Eram prioridades que transformariam Lisboa, a médio prazo, numa cidade amigável, numa cidade para as pessoas, que era o que tinha deixado de ser nos últimos tempos. -----

----- Terminava por onde tinha começado. Era mesmo um Orçamento de rigor, era um Orçamento enquadrado pelo Plano de Saneamento Financeiro aprovado na Assembleia Municipal e que tinha como objectivo o saneamento das Finanças Municipais, através do ajustamento da despesa à receita realista. Era isso que se pretendia com este Orçamento e por isso se reduzia 11% nas despesas correntes, 50% nas despesas de aluguer para instalações, 5% nas despesas globais com pessoal, 30% na atribuição de subsídios e transferências. -----

----- Se essas reduções eram impostas pela realidade, era um Orçamento com muita ambição, era um Orçamento que apostava no desenvolvimento da cidade, era um Orçamento que apostava na restauração da credibilidade do seu Município, era um Orçamento que apostava no apoio às pessoas e na resolução dos seus problemas, que tinha ambição no apoio aos mais carenciados do ponto de vista social, que tinha a ambição de uma escola melhor e uma aposta nas crianças. Era, assim, um Orçamento que permitia a todos renovar a esperança e confiar no futuro. -----

----- **O Deputado Municipal Feliciano David (PCP)**, no uso da palavra, disse que se quisesse caracterizar este Orçamento diria que era um Orçamento magro com impostos gordos. Todos concordavam que a grave situação financeira do Município exigia terapêutica adequada pondo fim ao desvario que foi a gestão camarária nos últimos seis anos. E, nesse sentido, o empréstimo contraído e algumas das medidas já anunciadas pelo actual Executivo, eram correctas e tinham que ser tomadas. Mas outras roçavam a fronteira da demagogia, atitude de que não estavam à espera. -----

----- E porquê? Porque o Dr. António Costa começara por recuperar na Câmara o labéu da tanga de triste memória e transformar a crise numa tragédia grega a fim de criar as condições para aparecer no final do mandato como o homem providencial que tirara Lisboa do pântano e daí colher dividendos políticos. -----

----- Assim, transpondo do Governo a obsessão do défice, emagrecera o Orçamento em 32% reduzindo-o para 546 milhões de euros, medida desnecessária que pecava claramente por excesso e que, como se veria a seguir, não correspondia à realidade. ---

----- Com efeito, se era verdade que os orçamentos de 800 milhões de euros de Santana Lopes/Carmona eram megalómanos e irrealistas tendo afectado a saúde do Município, a terapêutica de choque do Dr. António Costa, ao prescrever uma sobredose de medicação, viera sacrificar ainda mais os lisboetas com pesados impostos e atrasar o desenvolvimento de Lisboa. Havia outras alternativas para aumentar as receitas, algumas das quais apontaram aquando da apreciação do Plano de Saneamento Financeiro e que podiam ser escalonadas no tempo. -----

----- Referiu que o Sr. Presidente da Câmara dizia que o Orçamento se baseara numa estimativa realista da receita, quando, pelo contrário, a redução do Orçamento para 546 milhões de euros só por razões políticas se podia explicar, porque desde há anos que as receitas reais do Município eram significativamente mais elevadas: em 2005 foram cobrados 662 milhões de euros e em 2006, 615,7 milhões. -----

----- De facto, todos os indicadores apontavam para que as receitas dos impostos aumentassem substancialmente em 2007 relativamente a 2006 e mais ainda em 2008. -

----- Apesar de Novembro e Dezembro serem meses em que entram na Tesouraria da Câmara Municipal de Lisboa muitas receitas dos impostos e taxas, os números já conhecidos até Outubro de 2007 confirmavam o que afirmavam: a receita estrutural já tivera até Outubro um aumento de 71 milhões de euros devido à boa cobrança dos impostos directos, das taxas e da venda de bens e prestação de serviços. -----

----- A receita dos impostos directos já excedia em 42,2 milhões de euros a cobrança registada em 2006, atingindo praticamente o mesmo valor do que a verba inscrita no Orçamento para 2008, tendo a derrama aumentado para 100,0 milhões de euros, ou seja, dez milhões acima do orçamentado para 2008. -----

----- Do mesmo modo a receita da Taxa de Conservação de Esgotos mais que duplicara em 2007 tendo crescido até Outubro, 9,3 milhões de euros. -----

----- Também a venda de bens e serviços correntes tivera, nesse período, um aumento de 40% excedendo já, igualmente, a verba inscrita no Orçamento para 2008 em 3 milhões de euros. -----

----- Em suma: este Orçamento tinha inscritas verbas das receitas dos impostos directos inferiores às que já foram cobradas em apenas 10 meses de 2007. E embora isso se devesse, em parte, a uma exigência do POCAL, a verdade era que a cobrança de impostos directos em 2007 seria, sem dúvida, a maior de sempre conforme o Sr. Director Municipal das Finanças confirmara, ontem, na Comissão de Administração e Finanças e bastante acima da orçamentada para 2008. Acrescia ainda que, previsivelmente, no próximo ano cresceriam ainda mais, não se justificando que a Câmara reduzisse de forma tão drástica o Orçamento. -----

----- E estes números não eram fantasiosos, eram números que comprovam claramente que este Orçamento era pouco credível. E nesse aspecto havia um traço comum nos orçamentos do anterior Executivo e do actual, que embora de sinal diferente tinha as mesmas motivações políticas. -----

----- Mas havia outra questão, não menos importante, que tornava este Orçamento e o Plano de Actividades no mínimo opacos. -----

----- Com efeito, este Orçamento ignorava completamente o processo de empréstimo e as dívidas aos fornecedores assumidas no Plano de Saneamento Financeiro. -----

----- Era verdade que o empréstimo ainda não podia vir reflectido no Orçamento, que legalmente tinha de ser votado este ano, em virtude do Tribunal de Contas não o ter visado. Mas logo que isso acontecesse teriam de ser inscritos numa Revisão Orçamental mais 360 milhões de euros nas receitas e 15 milhões nas despesas relativos aos juros do empréstimo. -----

----- Ou seja, na realidade o que hoje estavam a aprovar era um Orçamento provisório de 546 milhões de euros, que após a Revisão Orçamental cresceria para 920 milhões vindo a ser o maior de sempre em Lisboa. Só essa circunstância, que foi silenciada em sucessivas conferências de imprensa, permitira ao Sr. Presidente da Câmara dizer que diminuiria o Orçamento em 32% e, desse modo, poder iludir a opinião pública e em particular os lisboetas. -----

----- Passando ao Plano de Actividades disse que ele ascendia a 232 milhões de euros e ficava praticamente reduzido a metade em relação ao de 2007. -----

----- Afigurava-se, porém, que não se justificava um emagrecimento tão excessivo. ----

----- E porquê? -----

----- Em primeiro lugar, porque o empréstimo, tendo sido um bom acto de gestão embora não resolvesse tudo, criara condições para que a Câmara pudesse aumentar a dotação do Plano, tanto mais que este ano já foram pagas todas as dívidas a fornecedores inferiores a 100.000 euros (60 milhões de euros) e que o empréstimo tinha um período de carência de três anos. -----

----- Em segundo lugar, porque o saldo estrutural ia crescer substancialmente devido ao aumento dos impostos, o que permitiria um maior financiamento do Plano de Actividades. -----

----- Mas, tal como o Orçamento, o Plano de Actividades era também provisório e só saberiam qual seria a sua dotação após o empréstimo ter o visto do Tribunal de Contas. Até lá, ficava tudo em aberto. Mas que aumenta não tinham dúvidas e ali estariam para o discutir aquando da Revisão Orçamental. -----

----- Por isso, ia cingir-se ao que o Executivo apresentara. -----

----- A Câmara, devido à actual situação financeira, não poderia, obviamente, fazer obras estruturantes na Capital. Em contrapartida, o Sr. Presidente prometia que ia fazer pequenas grandes coisas, o que era um eufemismo porque, na realidade, iria limitar-se à gestão corrente da Câmara. -----

----- Com efeito, as quebras nas dotações, em relação a 2007, de 67% na Reabilitação Urbana, 65% no Trânsito, de 67% na Habitação Social e de 69% no Desporto, não permitiam resolver qualquer problema nessas áreas. E as dotações eram igualmente

exíguas noutros serviços essenciais à cidade, em que a acção da Câmara exigia a maior atenção. -----

----- Assim, dos 9,8 milhões de euros previstos para a Iluminação Pública, 8,5 milhões eram para pagamento de concessão à EDP, sobrando apenas 1,3 milhões de euros. -----

----- Dos 27,6 milhões de euros para o Saneamento, 25,3 eram para pagamento à SIMTEJO e 1,2 milhões para o Caneiro de Alcântara. Restavam 1,1 milhões de euros para a conservação e manutenção de toda a rede. -----

----- Dos 8,4 milhões de euros de dotação para a Higiene Urbana, 5,7 milhões eram para pagamento à VALORSUL. -----

----- Dos 13,7 milhões de euros orçamentados para o Espaço Público, 11,5 destinavam-se ao pagamento à EXPO, restando 1,3 milhões de euros para todas as outras intervenções na cidade. -----

----- Não menos grave eram os cortes cegos e exagerados nas dotações para as horas extraordinárias, para as instituições sem fins lucrativos e para as colectividades, entre outros. -----

----- Continuando, disse que a inexistência de dotação para o Quadro de Pessoal Privativo, era também motivo de grande preocupação já que o Sr. Presidente da Câmara anunciara que 900 trabalhadores avançados iriam ser integrados nesse Quadro. Aliás, ontem mesmo o Sr. Director Municipal disse que isso certamente aconteceria no segundo semestre de 2008. Agradecia, por isso, uma informação a esse respeito. -----

----- Portanto, perante este cenário, uma coisa era certa: Lisboa continuaria parada. A Câmara, ao reduzir o Plano de Actividades e ao definir metas tão modestas, facilmente alcançáveis e de tão baixas expectativas, poderia tê-lo feito de forma intencional e deliberada. Assegurava, assim, à partida que estes objectivos seriam largamente ultrapassados, ficando garantida uma taxa de execução *record* do Plano de Actividades, muito próxima dos 100%, podendo desse facto tirar ilações políticas. -----

----- A terminar, disse que, pelas razões expostas, o PCP colocava as maiores objecções ao Orçamento, dada a sua falta de transparência e de rigor orçamental, que prejudicava o desenvolvimento da cidade e não servia os lisboetas. E, por esse motivo, iriam votar contra esta Proposta de Orçamento. -----

----- **O Deputado Municipal José Guilherme (BE)**, no uso da palavra, disse que o BE candidatara-se às últimas eleições com um programa que definia um conjunto de prioridades para a Câmara Municipal de Lisboa e para a cidade, e entre essas prioridades contavam-se, entre as mais importantes: -----

----- A necessidade de se proceder ao saneamento financeiro da Câmara e a proposta de um empréstimo para fazer face às obrigações de curto prazo; -----

----- O respeito pelos direitos dos trabalhadores e a sua valorização como recurso fundamental da Câmara; -----

----- Uma aposta no repovoamento da cidade assente numa estratégia de reabilitação urbana de aumento da qualidade de vida e da mobilidade dentro da cidade; -----

----- O Plano Verde e uma estratégia para a construção de uma cidade mais sustentável; -----

----- E, também, uma política de solidariedade social dentro da Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- Referiu que este Orçamento tinha três traços imediatos, que o demarcavam dos orçamentos de anos anteriores. Em primeiro lugar, tinham um Orçamento que por não optar pela sobreestimação de receitas e despesas, lhes permitia e os obrigava a fazer escolhas políticas e a eleger prioridades, o que o tornava possível de debater, sufragar e votar. E era também um Orçamento que investia no combate ao desperdício e que procurava resolver o problema da dívida. -----

----- Disse que uma medida já aprovada na Assembleia, e que era fundamental para a prossecução dessa estratégia, era a contracção de um empréstimo para pagamento de dívidas a fornecedores, e uma outra estratégia que também estava contida no Orçamento tinha a ver com a redução do desperdício, tanto nos serviços da Câmara como nas empresas municipais, empresas municipais essas que já estavam a ser submetidas a um processo de reestruturação no sentido de não apenas combater o desperdício mas combater também as clientelas que, ao longo dos anos, se vinham alimentando dessas estruturas. E, por fim, a aposta numa política de aproveitamento e de valorização dos recursos da Câmara, a começar pelos seus próprios trabalhadores.--

----- Prosseguindo, disse que desde que a nova Câmara tomara posse se tem travado um processo de combate à precariedade que tem existido no Município, com um número elevadíssimo de trabalhadores com contratos de trabalho encapotados sob a situação de prestação de serviços, uma situação que se arrastava há muitos anos e que era da responsabilidade de todos os partidos que têm gerido a Câmara em sucessivos mandatos. Contudo, finalmente, estavam a ser dados os passos necessários para que essa situação pudesse terminar, e, assim, se resolver a situação de todos aqueles que sem as garantias e os direitos que decorriam de contratos de trabalho estável, têm cumprido funções que efectivamente eram funções de trabalho estável para a Câmara Municipal. -----

----- E a integração dos trabalhadores estáveis na Câmara foi uma garantia já introduzida no Plano de Saneamento Financeiro, por exigência do BE, e constava também agora do Orçamento. -----

----- Por outro lado, era também uma garantia que foi debatida e forçada no processo das 127 cartas de rescisão que foram enviadas a avençados da Câmara Municipal, número esse que foi recentemente reduzido, também por pressão do BE, em 30 rescisões, impedindo, assim, que o despedimento de trabalhadores, que eram trabalhadores efectivos da Câmara. -----

----- Disse que o BE pensava que essa política de redução da precariedade dentro da Câmara Municipal de Lisboa e a integração no Quadro Privado da Câmara de todos aqueles que têm cumprido funções estáveis era um traço importantíssimo da actual gestão, que a distinguia de Executivos municipais que existiram anteriormente, e não apenas os que imediatamente o precederam, e constituía um sinal muito importante que inclusive ia para lá do âmbito da própria Cidade de Lisboa. -----

----- No momento em que as políticas do actual e anteriores Governos tinham encorajado e promovido a precariedade nas relações laborais e a instabilidade no

trabalho, entendiam que era muito importante que a Câmara Municipal de Lisboa pudesse fazer alguma contracorrente, e pudesse mostrar que era possível, mais eficaz e mais produtivo, assentar a gestão de uma Câmara Municipal em contratos estáveis com direitos e com garantias para os trabalhadores. Era um sinal correcto, em tempos difíceis, que a Câmara Municipal de Lisboa dava ao País. -----

----- Outro aspecto fundamental do Orçamento era, segundo disse, a aposta numa cidade sustentável. Anos após a sua elaboração e consagração em PDM, e até anos após a sua apresentação em programas do BE, o Plano Verde começaria a deixar de ser um plano para passar a ser uma realidade, e isto era um facto extremamente importante, particularmente num contexto em que a Câmara vivia uma situação difícil e apesar dessa situação difícil quisera dar esse sinal e iniciar a implementação desse plano. No Corredor Verde, de Monsanto ao Parque Eduardo VII, na ligação de Benfica ao Parque Periférico e à Quinta das Conchas, na ligação da Gulbenkian aos Jardim do Arco do Cego e à Bela Vista. -----

----- Essa era uma iniciativa a continuar, que tinha no primeiro ano de Orçamento aprovado após as eleições, um sinal claro de motivação e de empenho. E, a par de desse processo, iniciar-se-ia também uma ideia antiga e nunca posta em prática por anteriores executivos, que era a ideia das ciclovias. O Plano Verde, em conjugação com as ciclovias, era mais do que uma medida de natureza ambiental, era uma medida que mexia com a estratégia de mobilidade dentro da cidade, com a qualidade de vida e com a concepção urbanística de toda a cidade. -----

----- Portanto, o avanço desses aspectos concretos do Plano Verde e das ciclovias era não apenas uma medida no plano imediato, mas também um compromisso que o Executivo assumira para o futuro e que teria que ser plasmado no PDM, aquando da sua revisão a que deveriam proceder com a maior brevidade. -----

----- Por outro lado, no plano mais imediato, através de parcerias várias, seria possível pôr também em prática a reabilitação e o restauro de vários dos miradouros mais emblemáticos da cidade, concretamente os de Santa Luzia, Senhora do Monte, Monte Agudo e Boto Machado, e também de outros espaços verdes que eram uma referência para a cidade, como a Estufa Fria, o Jardim de São Pedro de Alcântara e o Parque Bensaúde. -----

----- Mais uma vez o BE pensava que no contexto difícil que a Câmara vivia, era extremamente importante que este Orçamento desse esse sinal em relação às prioridades com os meios que tinha. -----

----- Disse que uma outra prioridade importante tinha a ver com a reabilitação. Foi bandeira do BE, e seria sempre, a necessidade de inverter prioridades na estratégia urbanística para a cidade, promovendo a reabilitação do muito que havia a reabilitar na cidade em detrimento da nova construção e dos apetites imobiliários que se mobilizavam em torno desse interesse. Essa era uma tendência que constava do Orçamento e que o BE pensava que seria uma tendência a conseguir, a continuar e a aprofundar no futuro, e que estava vertida na intervenção em quatro bairros sociais: Amendoeiras, Lóios, Condado e Armador, mas pensavam que haveria ainda outras prioridades, como o Bairro Portugal Novo e o Bairro Belo Horizonte. Constava

também a reabilitação do Parque Mayer, do Jardim Botânico, do Bairro Alto e do Bairro da Ajuda/Belém, e constava, finalmente, o início da requalificação dos bairros Padre Cruz, Boavista, Liberdade e São João de Brito. -----

----- Por outro lado, o BE pensava também que era importante que se avançasse para a reabilitação da Baixa numa óptica multicultural e multifuncional, incluindo habitação interclassista, bem longe dos projectos megalómanos e discriminatórios que chegaram a ser planeados mas, felizmente, impedidos. -----

----- E era igualmente importante a aposta na acção social que constava do Orçamento. Uma aposta sem precedentes no caso das escolas, com a construção de sete novas escolas e a reabilitação de 26, cinco creches, duas residências para pessoas idosas e um aumento importante na dotação para a prevenção da toxicod dependência, um problema da cidade cuja resolução vinha sendo frequentemente bloqueada e impedida pelo conservadorismo reinante. -----

----- Sobre a reimplementação dos Jogos de Lisboa, disse que era uma medida de grande importância que não mexia, na sua maioria, com cidadãos eleitores, mas que em tempos passados mobilizava milhares de jovens da cidade para o desporto, que foi interrompida pelos Executivos da direita na cidade mas que, felizmente, seria agora retomada. -----

----- Estas, disse, eram algumas marcas fundamentais que determinavam o carácter deste Orçamento. O BE entendia que a reabilitação, a aposta na acção social, a aposta no Plano Verde e numa cidade sustentável, o rigor financeiro e o saneamento das contas da Câmara eram causas que marcavam distintivamente este Orçamento e que deveriam orgulhar qualquer força de esquerda que sobre ele se pronunciasse. E pensavam que não deveriam ser polémicas contabilísticas a dominar este debate, mas que, pelo contrário, se deveriam centrar no debate pelas escolhas políticas, sobre as escolhas para a cidade, para que o Orçamento os convocava. O BE fazia essas escolhas e não as confundia, não confundia os traços mais irrelevantes e determinantes do Orçamento, com as discordâncias e as preocupações que também tinha, e de entre as quais citaria algumas. -----

----- Pensavam que o esforço de contenção financeira poderia, em algumas áreas, ir mais longe. Havia algumas iniciativas, como o Rali Lisboa-Dakar já aprovado em reunião de Câmara, ou o Festival de Fim-de-Ano ou o Festival de Pirotecnia, que seriam iniciativas certamente muito vistosas mas certamente também pouco prioritárias para a situação que a Câmara vivia e não consentâneas com o momento financeiro. Sobretudo, pensavam que a disciplina que a Câmara Municipal deveria impor a si própria devia envolver outros organismos, à semelhança do que acontecia com muitas das empresas municipais. -----

----- Falava, por exemplo, da Associação de Turismo de Lisboa, cujas contas e actividade, no entender do BE, não justificavam a dotação que estava consagrada no Orçamento. -----

----- Por outro lado, manifestavam algumas preocupações em relação à meta que estava estabelecida ao nível da redução das horas extraordinárias. Pensavam que era necessária uma intervenção urgente a esse nível, aliás em 2007, no mês de Maio, só o

Departamento da assessoria da Presidência gastara 100.000 euros em trabalho extraordinário, o que era uma situação muito grave para a qual era necessário disciplina e uma regulamentação a esse nível para poder introduzir alguma moral no recurso a esse instrumento. No entanto, pensavam que por muito importante que fosse essa medida, ela não deveria mexer com serviços importantes da Câmara, cuja viabilidade teria que ser consagrada. -----

----- Entendiam que o debate sobre a reestruturação das empresas municipais deveria partir também da discussão do Orçamento, e desse ponto de vista a transferência que era feita para a EMEL devia suscitar, entre todos, a reflexão sobre o motivo porque continuavam com essa estratégia para a gestão do estacionamento na Cidade de Lisboa, que lhes foi vendida como uma forma de assegurar a rentabilidade e a eficiência na exploração desses recursos, mas que tem sido um sorvedouro de fundos da Câmara, com receitas muitas vezes a não serem entregues. -----

----- Disse, ainda, que havia três aspectos na elaboração do Orçamento que lhes pareciam importantes, o primeiro dos quais era o sinal que foi dado com a introdução de um primeiro esforço de orçamento participativo. O BE entendia que esse sinal deveria ser retomado e aprofundado no ano de 2008 para a elaboração do Orçamento de 2009. Aí com regras diferentes, com o envolvimento dos cidadãos, das Juntas de Freguesia e das associações, que começasse mais cedo para permitir estruturar o Orçamento desde a sua raiz. -----

----- Pensavam também que 2008 deveria ser o ano de arranque da revisão do PDM, nomeadamente no sentido de introduzir alguns dos aspectos mais estruturantes da política para a cidade nos próximos anos, nomeadamente a conclusão do Plano Verde, da rede de eléctricos em articulação com outros transportes públicos, e também a introdução da cota mínima de 25% para a habitação a custos controlados. -----

----- Referiu que o BE iria votar a favor do Orçamento, porque não confundiam aquilo que eram os seus aspectos estruturantes com outros aspectos que iriam continuar a acompanhar e com os quais tinham inclusive divergências. Isto porque, ao contrário de outros partidos com assento na Assembleia Municipal que queriam continuar a ser parte do problema, o BE queria ser parte da solução. -----

----- Disse que alguns dos aspectos mais estruturantes do Orçamento faziam parte da agenda do BE, sabiam bem que não faziam parte da agenda do PSD, que o PSD nunca apostara na reabilitação, nunca apostara na acção social como nunca apostara no Plano Verde, porque, apesar de ter sido aprovado num dos seus mandatos, nem uma árvore plantaram. -----

----- Portanto, este Orçamento era parte da solução, o BE seria parte dessa solução e continuaria a acompanhar a implementação destas medidas em consciência, e tinham orgulho em apoiar medidas que mereciam tanta irritação da parte das bancadas da direita. -----

----- **O Deputado Municipal Rui Roque (CDS-PP)**, no uso da palavra, começou por referir que nas comparações que entretanto fossem feitas nestes documentos, e caso nada fosse dito em contrário, elas seriam feitas com base na execução orçamental de 2006, que era o último ano completo que tinham disponível, e não tanto com os

orçamentos anteriores visto que estes, como era sabido, tiveram sempre um fim triste que era o de serem fatiados na sua execução e terem uma execução bem distante daquilo que era a sua intenção inicial. -----

----- Disse que o Orçamento agora apresentado pretendia, segundo afirmações do Sr. Presidente da Câmara, dos Srs. Vereadores e das forças políticas que o apoiavam, marcar a rotura com o passado, e o CDS-PP não podia estar mais de acordo com a necessidade de romper com práticas do passado, resultantes de uma lógica de gestão apenas parcialmente baseada nas necessidades dos munícipes que, era bom recordar, eram quem pagava as contas da Câmara. -----

----- De facto, os Executivos da Câmara Municipal de Lisboa estavam, desde há largos anos, mais preocupados na satisfação dos interesses individuais, de grupos ou corporações mais ou menos informais, entre os quais os aparelhos partidários tinham uma boa parte, resultando dessa prática uma rede de cumplicidades que tiveram a aparente impossibilidade de atribuir responsabilidades a quem quer que fosse, chefias em particular. -----

----- Estaria a exagerar? Um exemplo: o Orçamento de 2008 previa uma redução de 60% em horas extraordinárias e trabalho em dias de descanso, sendo que o valor total dessa redução era de 13 milhões de euros. Independentemente da convicção que tinham que não existiam no Plano de Actividades medidas que garantissem essa previsão, tal previsão só poderia significar que houve pagamentos significativos de horas não realizadas. Não havia outra justificação, porque a justificação era justamente o reconhecimento de uma ilegalidade reiterada ao longo de anos e anos. Dizia-se, com frequência, que muita dessa remuneração tinha que ver com os baixos salários que se praticavam, mas um erro não justificava uma batota, porque se os salários eram baixos, se eram incomportáveis face àquilo que os trabalhadores deviam de facto receber, então que se pagassem salários como devia ser, que se assumisse essa responsabilidade. A batota não podia ser justificada por erros de gestão, e a batota neste caso era gravíssima e se continuava a existir devia penalizar drasticamente todas as chefias e até hoje isso não acontecera e esperava bem que viesse a acontecer. -----

----- Disse, depois, que o Sr. Presidente da Câmara tomara, desde a campanha eleitoral, o lema do rigor, conceito que o CDS-PP respeitava e por isso não gostava de ver usado em vão. Por isso, não gostava de ver afirmado que o Orçamento de 2008 se reduzia de 32%, isto é, de 800 milhões para 546 milhões de euros, quando na verdade, feita a Revisão Orçamental necessária à acomodação do empréstimo aprovado pela Assembleia Municipal, atingiria 906 milhões de euros, portanto mais 13%. -----

----- Não estava a fazer uma crítica implícita ao valor final do Orçamento, porquanto o CDS-PP já disse ali claramente que a medida de consolidar as dívidas era uma medida adequada. Agora, deveriam dizer isso, porque, efectivamente, se tudo corresse como esperavam o Orçamento seria de 906 milhões de euros. Portanto, teriam que assumir isso porque era verdade, e era uma verdade que não devia incomodar ninguém porque as dívidas eram para pagar. -----

----- Por essa razão, seria preferível afirmar tão só que, à semelhança do que acontecera em 2002, em que a realidade da Câmara estava escondida pelas batotas ou inépcia dos Executivos anteriores do PS e PCP, que o Orçamento teria que ser o adequado para pagar aquilo que a Câmara Municipal devia e que os Executivos de 2002 a 2007, do PSD com a participação minoritária do CDS-PP, não puderam honrar por limitações legais, batotas ou inépcia. -----

----- Por outro lado, o rigor exigia um Plano de Actividades com medidas assumidas e não apenas declarações de princípio em cinco páginas. Rigor era calendarizar, quantificar e explicitar de forma clara as medidas fundamentais e estruturantes, e não apenas escrever: “iniciar o programa especial de modernização e expansão escolar”, porque quando, como, com que dinheiro, não se sabia. Ou que seria reduzido em 11% o gasto com o fornecimento de serviços de terceiros: sem prazo, sem evolução, sem explicação das medidas que fundamentalmente contribuiriam para tal. -----

----- Por outro lado, rigor impunha também a discriminação dos imóveis a alienar, por 45 milhões de euros segundo se referia, ou a libertar por efeito da redução das rendas a pagar. -----

----- Rigor não era esconder um terço da despesa total de bens e serviços, 107 milhões, em outros trabalhos especializados. Eram 33 milhões que estavam nessa área, que seriam com certeza muito justificados, mas que mereciam uma explicação mais cuidada. -----

----- Rigor também não existia quando não se explicitavam, embora a lei erradamente não as permitisse registar no Orçamento, previsões fiáveis de receita superior à orçamentada, como era o caso do IMI em relação ao qual sabiam que havia estimativas que rondavam cerca de dez milhões acima daquilo que estava orçamentado, mas que, por outro lado, se registavam juros do empréstimo que ainda não foi orçamentado. -----

----- Rigor implicava que no Plano de Actividades e Orçamento se tivesse feito um esforço para melhorar a informação aos cidadãos, de quem os Deputados Municipais eram representantes, garantindo, dessa forma, compromissos políticos inequívocos pelos quais o Executivo pudesse vir a ser avaliado. -----

----- Rigor era, portanto, nalguns aspectos, qualidade que não se encontrava neste Orçamento em quantidade suficiente, quando, ainda por cima, era hoje possível pagar o passivo que vinha sufocando a Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- No que respeitava às prioridades políticas, que era possível perceber pela apreciação dos números mais do que pelas linhas de desenvolvimento estratégico que pouco mais eram que um conjunto de lugares comuns, a apreciação do CDS-PP era a seguinte. -----

----- Por que tem sido prioridade apontada pelo CDS-PP, o reforço de verbas no Espaço Público e Espaços Verdes, eram com certeza bem-vindas, e o mesmo afirmava relativamente aos Serviços de Urbanos cujo reforço de 44 milhões de euros elevava as expectativas de no final de 2008 se encontrar a Cidade de Lisboa bem mais bonita para ser utilizada de forma confortável pelos lisboetas. Todavia, a redução de quatro milhões de euros nas Infra-estruturas Viárias não augurava nada de bom para a fluidez

e segurança do tráfego, já hoje fortemente prejudicada pela degradação e erros conceptuais das ruas de Lisboa. -----

----- Ficava o sincero aplauso do CDS-PP para a disponibilidade de verbas para a Juventude e Intervenção Social. No entanto, em relação a estes dois pontos e lidas as orientações estratégicas, não se entendia por que era que, por exemplo, na rede de creches e residências para idosos se fechava a porta às parcerias público/privadas, definindo já a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa como o único parceiro possível. Ou melhor, entendia-se pela diferença essencial que separava o CDS-PP dos partidos de esquerda, no que respeitava ao papel da iniciativa privada e do mercado na prestação de serviços mais eficientes. Mas essa era uma questão ideológica que os separaria sempre, e era bom que assim fosse porque era isso que, afinal, fazia a riqueza do debate político. -----

----- Mas sendo, como era referido, a parceria uma marca distinta do Plano de Actividades e do Orçamento, era preocupante que não houvesse uma referência a parcerias também com o tecido empresarial da cidade para utilização de muitos dos espaços devolutos da Câmara Municipal. Era a demonstração de que a Câmara continuaria submetida a um a lógica, tão própria da esquerda, de se fechar sobre si própria, limitando o uso dos seus recursos, hoje totalmente desprezados nalguns casos, a algumas instituições públicas ou associações do mesmo tipo, que muito provavelmente perpetuariam a ineficiência. E, entretanto, muitas iniciativas de pequenos empresários, jovens ou menos jovens, morreriam por falta de espaços adequados que de bom grado comprariam ou arrendariam se a Câmara Municipal de Lisboa lhes disponibilizasse os muitos de que dispunha. -----

----- E se a Câmara Municipal de Lisboa dispunha de muitos espaços devolutos, também tinha muitos que utilizava para os seus serviços de forma absolutamente irracional, gerando ineficiência e proliferação de serviços e de funções. Exemplos disso, eram a proliferação dos gabinetes dos bairros, Bairro Alto, Alfama e outros, ou o facto da Direcção Municipal de Cultura ter, só para serviços administrativos, qualquer coisa como doze edifícios se não estava em erro. -----

----- Disse que tem sido proposta do CDS-PP, reiterada sempre que tiveram oportunidade, a centralização dos serviços da Câmara Municipal, uma proposta que consideravam crucial e sem a qual todas as outras estariam condenadas, ou pelo menos fortemente comprometidas na sua eficiência, mas não encontravam no Plano de Actividades e Orçamento qualquer sinal significativo que lhes permitisse discernir se e como iria ser promovido esse objectivo com a profundidade que tinham por necessária. -----

----- Por outro lado, não tinham também propostas claras para a implementação do sistema de controlo de assiduidade e produtividade, e, finalmente, não se conhecia estratégia para promover a reconversão funcional e a mobilidade dos trabalhadores, única forma de potenciar a reestruturação dos serviços sem pôr em causa os postos de trabalho de quem queria efectivamente trabalhar. -----

----- Terminou dizendo que faltavam no Plano de Actividades e no Orçamento um conjunto de projectos estratégicos que os faziam temer pela sua exequibilidade, pelo

que o CDS-PP não poderia votar favoravelmente esses documentos na situação em que estavam e na forma como eram apresentados. -----

----- **O Deputado Municipal Sobreda Antunes (PEV)**, no uso da palavra, disse que após a batalha pela aprovação do empréstimo previsto no Plano de Saneamento Financeiro, que acabara por passar para os 400 milhões de euros, o Executivo camarário avançara com as prioridades para o próximo ano. -----

----- Apesar de terem votado favoravelmente o Plano de Saneamento Financeiro, mantinham muitas dúvidas sobre algumas das medidas contempladas nas Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2008, como a não integração dos funcionários avançados que configuravam contratos de trabalho nos quadros do Município, alguns investimentos da Câmara e a privatização de alguns serviços ou algumas parcerias público/privadas. -----

----- Disse que consideravam que o Orçamento não demonstrava total transparência no que concerne à dívida de 360 milhões de euros a fornecedores, sendo que, se essa verba estivesse contemplada no Orçamento, este ascenderia a cerca de 900 milhões de euros em vez dos 546 apresentados. Também não sabiam se aquele valor de 360 milhões incluía ou não os 60 milhões já pagos a pequenos fornecedores. -----

----- E também a dívida do ano anterior deveria ser transposta para o actual Orçamento, uma vez que o empréstimo era neste momento ainda hipotético. A dívida era real, era uma certeza e por isso deveria estar incluída nesse documento. Ou seja, o Orçamento real rondaria, provavelmente, 900 milhões de euros. As receitas seriam provenientes de 45 milhões de euros de receitas extraordinárias, quando eram 312 em 2007, 493 milhões de receitas estruturais, mais 7,5 milhões de contratos-programa. Mas a contabilização da dívida ficava excluída. -----

----- Se, por um lado, o Orçamento era pouco ambicioso em relação às receitas, por outro, o Executivo assumia medidas incongruentes. As instituições sem fins lucrativos sofriam um corte de 40,6%, pelo que não percebiam porque era que a Câmara atribuía 381 mil euros a um promotor privado para a realização do ultra poluente e agressor do ambiente Rali Lisboa-Dakar. Não só esse promotor levava uma prenda de Natal antecipada, como ficara ainda isento do pagamento de taxas à Câmara. Acrescia a Festa da Primavera que recebia mais 666 mil euros e o Experimenta Design com 282 mil euros. Só esses três arrecadaram um total de 1 milhão e 329 mil euros. -----

----- Todavia, a Câmara Municipal argumentava que face aos constrangimentos orçamentais não tinha uns ‘escassos’ 80 mil euros e suspendia a assinatura anual com a participação do Município na Rede Polis, o que para “Os Verdes” era incompreensível. -----

----- Disse, depois, que se criara um Quadro de Pessoal Privativo, no qual votaram contra, mas agora o Orçamento não contemplava verba para a possível integração dos funcionários, tal como para o pessoal em regime de tarefa e avença havia um corte de 38% face ao Orçamento inicial de 2007. Para os Espaços Verdes estavam orçamentados 8,1 milhões de euros, mas cerca de metade, 4,2 milhões, iam para “aquisição de outros serviços” que não eram explicitados. Também a manutenção e conservação viária apenas previa 4,6 milhões de euros, dos quais um milhão com um

destino por definir. Mas mais atónitos ficaram quando o Sr. Vereador acabara de expor ali hoje que a intervenção na Reabilitação Urbana iria ser feita em parceria com os privados. Seria que, desgraçadamente, os moradores dos bairros municipais deveriam continuar a desesperar pela solução dos seus problemas? -----

----- Disse, ainda, que no Orçamento para 2008 a receita descia mas nem por isso os lisboetas iam pagar menos impostos. Comparando as previsões do Orçamento de 2007 com o de 2008 – a receita de IMI (ex-contribuição autárquica), IMT (ex-sisa), Imposto de Circulação e derrama – a receita subia mais de 10%. E entre os impostos directos que os lisboetas iam pagar em 2008, o IMI era aquele cuja receita mais crescia: 24%. Em matéria de contenção da despesa, as empresas municipais sofriam um corte de 50% nas transferências e os trabalhadores da Autarquia sofriam um corte de 5%. -----

----- Portanto, de um facto poderiam todos ter a certeza: feitas as contas, os lisboetas iam pagar a factura da crise, mais 10% de impostos em 2008. -----

----- **O Deputado Municipal Nelson Coelho (PSD)**, no uso da palavra, disse que o Plano de Actividades e o Orçamento eram-lhes apresentados sob a égide das finanças públicas, rigor orçamental, parcerias e a reestruturação do sector empresarial municipal e dos serviços da Câmara. Estes eram os critérios utilizados pelo Sr. Presidente da Câmara, sendo que o rigor foi uma tónica durante a campanha para a apresentação deste Orçamento. E dizia a forma como! -----

----- E então como era que se predispunha a fazer isso? Com o ajustamento da despesa à estimativa realista da receita, e uma forte contenção nas despesas estruturais para não gerar novas dívidas. Até aí tudo bem. -----

----- Havia um facto que tinham que começar por louvar no Orçamento, que era as receitas extraordinárias serem declaradas no valor de 45 milhões de euros, dos quais 29 milhões em venda de terrenos, 11 milhões em venda de fogos e 5 milhões da venda de dois edifícios, um valor realista comparado com os 311 milhões do Orçamento de 2007 e por isso mesmo algo que deveriam louvar. -----

----- No entanto, começava aí um grande “mas”. E esse “mas” era o facto do Orçamento para 2008 não incluir as dívidas a fornecedores, afirmando que era um Orçamento de 546 milhões de euros, só que não incluía os 360 milhões de euros de financiamento, que era certo que ainda não foi concluído este ano e por isso mesmo não poderia constar, só que se não podia constar o financiamento podiam com certeza constar as dívidas, logo o Orçamento não era de 546 milhões de euros mas sim de 906 milhões. Ora, o Orçamento de 2007 foi de 799 milhões. -----

----- E aqui era importante guardar esses números. Eram-lhes apresentados pelo Sr. Presidente da Câmara esses dois números, tinham 799 milhões em 2007 e tinham neste momento 546 milhões, portanto havia uma diminuição de 32%. Mas isso não era verdade! O que efectivamente tinham era um acréscimo porque assim que o empréstimo estivesse concluído, aprovado pelo Tribunal de Contas e o dinheiro entrasse nas contas ele iria ser reflectido. Seria reflectido em capitais em dívidas e na despesa paga. Portanto, não tinham um decréscimo de 32% mas sim um acréscimo de 12%. -----

----- Analisando a despesa corrente de 2007 e 2008, disse que a de 2007 era declarada em 469 milhões de euros e a de 2008 era declarada em 433 milhões, portanto havia efectivamente uma redução que deviam aplaudir, só que, mais uma vez, não era uma redução de 32% mas sim uma redução de 7,6% que era um número substancialmente diferente. -----

----- No tocante às receitas, disse que as receitas correntes subiam de 471 milhões de euros em 2007 para 494 milhões em 2008, ou seja, um aumento de 5%. -----

----- Dito isto, não havia uma redução na despesa de 32%, isso era algo que era virtual e para quem queria o rigor orçamental estavam em presença de um Orçamento de tesouraria, quando muito um Orçamento de base zero em que todas as obrigações existentes do passado não constavam pois só estava a constar o presente. Por isso, não havia o rigor que seria devido! -----

----- Mas terminava este ponto louvando a questão das receitas extraordinárias, porque foi algo correcto e deviam louvar aquilo que era bem feito. -----

----- No tocante à reestruturação do sector empresarial municipal e à reestruturação dos serviços do Município, disse que se referia, citou: “A sustentabilidade duradoura deste esforço é necessária durante o ano de 2008 para concretizar a reestruturação do sector empresarial municipal e definir o quadro de reestruturação dos serviços do Município, de par com uma visão descentralizadora e de reorganização administrativa da cidade” e a pergunta que colocava era onde estavam as verbas no Orçamento para isso. E presumia que quando se referia “descentralizadora” seria passar algumas competências para as Juntas de Freguesia. Pessoalmente não tinha problema nenhum que se passassem competências para as Juntas de Freguesia, mas e as verbas? E os recursos financeiros? E os recursos humanos para que as Juntas pudessem receber essas competências e apresentar um trabalho de qualidade aos munícipes? -----

----- Depois, em 2008, e passava mais uma vez a citar: “O Executivo quer lançar o programa SIMPLIS que dê suporte a uma estratégia a uma estratégia de modernização e simplificação administrativa global” e o Sr. Vereador até referira a questão de informatização e de criação dos *work-flow*. Tudo bem! Mas onde estava no Orçamento a verba para fazer isso? O que encontrara foi uma verba de 5 milhões de euros, e não sabia se conseguiriam reestruturar administrativamente uma Câmara que tinha 10.870 funcionários com essa verba, que efectivamente lhe parecia baixa e pouco ambiciosa. -----

----- No entanto, tinham que louvar e ia tentar manter este registo porque quando algo era bem feito deveria ser dito e reconhecido para que fizessem política de uma forma séria. Por exemplo, o facto do Sr. Presidente da Câmara ter dito que tinha intenção de fazer a fusão das três SRUs e, eventualmente, a fusão da empresa daí resultante na EPUL, era um esforço digno de nota positiva. Ficava era toda a questão da reestruturação das empresas municipais e a reestruturação da Câmara, e estavam a falar de 10.870 funcionários que não se percebia muito bem com que verbas, com que meios, nem quando nem como era que iria começar. -----

----- Disse, depois, que em termos de opções estratégicas o Sr. Presidente da Câmara apresentara apenas duas, de acordo com o Plano, com *power-point* e com a

apresentação que ele próprio fizera. Primeira, afirmar Lisboa como uma centralidade global, e, segunda, inserir Lisboa na Rede das Cidades Criativas. -----

----- Ora, as duas frases, enquanto chavões, eram boas. Realmente afirmar Lisboa como uma centralidade global era algo que soava bem. Agora, isso traduzia-se em quê? Como fazer? Quando fazer? Com que meios financeiros? Com que critérios? Nada era dito no Plano apresentado e acabavam por ficar palavras redondas, vazias de conteúdo, enfim, tinham uma mão cheia de nada, quanto muito de boas intenções mas que não passavam ao concreto. Tudo isso tinha que ter um nível estratégico, tático e operacional, e aos três níveis tinham que lhes dizer o que pensavam fazer, porque se ficaram pelas duas frases bonitas, gostaria de conhecer o conteúdo das mesmas e não conseguia. -----

----- Recordou que no programa eleitoral o Dr. António Costa tinha um conjunto de pontos, dos quais o primeiro dizia: “Redução em todas as áreas de 10% da despesa corrente prevista até ao final do ano”. O segundo referia: “As estruturas políticas e técnicas para a elaboração do Plano Estratégico devem ser criadas de imediato, para que em Janeiro de 2008 possa ser iniciado o processo da sua elaboração.” Ora, onde estavam essas estruturas políticas, técnicas e os meios humanos e financeiros para começar esse Plano Estratégico? -----

----- Por outro lado, referia-se também: “Finalmente estão em causa as grandes questões da governação da cidade: atacar a reorganização administrativa de Lisboa com incentivo ao agrupamento de freguesias, eventualmente numa base voluntária com base, por exemplo, em protocolo de delegação de competências em associações de freguesias”. Mais uma vez lhe parecia que isso não tinha sido contemplado. O que sabia era que o Orçamento de 2007 já tinha uma quebra de 5% relativamente a 2006, mas o de 2008 acrescentava mais uma quebra de 3,1%. E não fosse o PSD, ontem, com o apoio do Sr. Vereador era verdade, o que teria acontecido era uma descida, pela segunda vez, dos valores para as freguesias. Não estavam a falar de protocolos, mas para quem queria o apoio voluntário das freguesias e a constituição de associações de freguesias, era capaz de não ser o melhor caminho continuar a cortar nas verbas. -----

----- Mas ficava o ponto referente aos protocolos por resolver. O que era que podiam esperar dos protocolos para 2008? Era uma questão que teriam que aguardar para ver e na altura certa pronunciarem-se sobre isso. -----

----- Seguidamente, disse que ia passar aos principais números apresentados pelo Sr. Presidente da Câmara e pelo Sr. Vereador, e começaria justamente por aqueles que deviam ser louvados. -----

----- Referiu então que até 2009 a Autarquia previa um corte de 50% nas despesas com o arrendamento de instalações dos serviços, e se a Câmara conseguisse isso era de louvar, porque efectivamente havia desperdício nessa matéria. A Câmara era dos maiores proprietários da cidade, e mesmo assim arrendava espaços. Portanto, se isso fosse atingido, tinham que louvar o Sr. Vereador. -----

----- Por outro lado, a diminuição em 11% nas despesas correspondentes a fornecimento de serviços externos era outro ponto a louvar, e a estimativa de receita

extraordinária se sofresse o corte passando dos 312 milhões para os 45 milhões, isso numa lógica de transferência também deveria ser louvado. -----

----- Passando aos números que, segundo disse, os deveriam preocupar, começou por referir que havia uma redução de 5% nas despesas com pessoal e uma redução de 60% nas horas extraordinárias. Já ali foi dito, até por outros partidos, que para se conseguir uma redução de 60% nas horas extraordinárias era porque algo de estranho se passava, mas se havia coragem política para isso ser feito, óptimo. Nem ia pegar tanto nos 60%, ia apenas pegar no corte dos 5% referente à redução das despesas com pessoal, porque havia aí preocupações que tinham que ter com os trabalhadores. É que se se ia fazer uma reorganização administrativa, se se queria passar para uma lógica de gestão por objectivos, se não se motivassem as pessoas e o único motivo que elas tinham era uma redução salarial de 5%, achava que se deviam preocupar todos. -----

----- E já estava a esquecer a questão das horas extraordinárias, porque se havia coragem política para o fazer, mais uma vez deviam louvar. A questão estava no resto! -----

----- Disse que tinham uma redução de 30% em Subsídios e Transferências; nos Serviços Urbanos menos 15%; um corte de 26% na Iluminação; um corte de 13% no Saneamento Básico; um corte de 12% na Higiene Urbana; um corte de 40% nas Estruturas Viárias; e menos 45% na Segurança dos Cidadãos. Ou seja, tudo o que tinha impacto directo na qualidade de vida das pessoas tivera cortes brutais na média dos 25 a 30%. E isso para um Partido Socialista que se dizia ter políticas sociais, era assim um bocado equívoco. -----

----- Por outro lado, tinham também reduções nos Equipamentos Sociais na ordem dos 55% e de 32% na dita Reorganização Municipal, sendo que no tocante à reorganização que acreditava que deveria ser feita – o Sr. Presidente da Câmara ou o Sr. Vereador não tinham que acreditar – os Serviços Centrais deveriam ser isso mesmo, centrais, e não estarem pulverizados por toda a cidade. Ou seja, seria conveniente conseguir reunir todo o chamado, passe o anglicismo, *back office* da estrutura administrativa da cidade num ponto único. Era isso que as grandes empresas e corporações faziam, era isso que o Estado, ao nível central, tinha estado a fazer nos últimos anos, e bem, e era isso que a Câmara precisava de fazer. Mas para isso o que viu no Orçamento foi uma verba de dez milhões de euros, e não lhe parecia que com essa verba se conseguisse reorganizar os “n” serviços e os “n” edifícios que a Câmara tinha espalhados pela cidade. E se se juntasse aos 5 milhões de euros para aplicação nos sistemas informáticos, mais uma vez era curto. -----

----- Passando aos impostos, disse que os números os deviam preocupar por um lado, mas não os deviam preocupar por outro. Não os deviam preocupar, por exemplo, o facto do IMI estar como uma receita de 80 milhões de euros quando acreditavam que em 2008 iriam cobrar 90 milhões. Haveria, portanto, uma folga de 10 milhões. -----

----- Ou seja, havia uma suborçamentação das receitas dos impostos, mas como já ali foi dito tinha que ser assim, já que, por questões legais, o valor a apresentar no Orçamento era a média resultante dos últimos 24 meses. De acordo com o POCAL esse número não podia ser ultrapassado e, por isso, o Sr. Vereador não podia fazer de

outra forma. Mas era um facto que só no IMI a Câmara teria uma folga de 10 milhões de euros. Esse era o lado bom. O lado mau era que os cidadãos de Lisboa, mais uma vez, iriam ter a sua tributação fiscal aumentada. Numa lógica em que cada cidadão em Lisboa já contribuía com mais de 500 euros de impostos sem que tivesse retorno disso para a sua qualidade de vida, portanto 500 euros em troco de nada, era algo que os deveria fazer pensar duas vezes. -----

----- Sobre os valores da Reorganização Municipal disse que o Plano de Actividades para 2008 previa uma verba global de 16,4 milhões de euros, sendo que parte dessa verba ainda não estava definida a sua utilização e a Câmara tencionava investir 6,1 milhões de euros na Modernização Administrativa do Município. -----

----- Quanto à Reabilitação Urbana, disse que para essa área a Câmara apresentava um conjunto óptimo de coisas. Continuava com a Baixa-Chiado, pelos vistos o plano não era tão mau, avançava para a Frente Ribeirinha, algo que foi pedido noutros tempos mas em relação à qual tiveram uma certa dificuldade junto do actual Governo, com certeza que agora o Sr. Presidente da Câmara não teria tantos problemas. E mais uma vez apontava uma medida que lhe parecia positiva, que também já tinha sido apresentada pelo PSD em termos de programa, que era a venda de 1.110 fogos, que dariam um encaixe, em termos de receita extraordinária, de 12 milhões de euros, que o Sr. Vereador se comprometera a utilizar no melhoramento do espaço público envolvente desses bairros. Não pretendia ali fazer uma cativação de receitas, mas lembrava ao Sr. Vereador que referira que o capital da venda desses imóveis seria gasto na melhoria da qualidade de vida dessas pessoas. -----

----- Aludindo à rede de percursos pedonais e cicláveis, disse que uma coisa que o preocupava era ver referido “relançar o processo de revisão do Plano Director Municipal” e realmente gostava que lhe explicassem o que era que isso significava já que, se bem se lembrava, a revisão do PDM era algo que já estava a ser feito. Certamente seria continuar a revisão! -----

----- No tocante à Educação, disse que por enquanto só deviam dar uma nota positiva, porque a Câmara comprometia-se a fazer sete novas escolas e a reabilitar 26 que estavam degradadas. Todos sabiam que o parque escolar da cidade, por vicissitudes várias, estava muito degradado, era dos piores parques a nível nacional. Se a Câmara fizesse as sete escolas e reabilitasse as 26, como prometia, deveria ser louvado. Mas aguardariam para ver, ao longo de 2008, se seria assim e se o facto de não terem apontado nada na Educação não teria sido uma benesse do PSD ao confiarem em demasia. -----

----- Relativamente à Cultura, disse que o que viam era a recuperação de eventos como a Moda Lisboa, cuja última edição se realizara em Cascais, e da Experimenta Design, cancelada por falta de verbas, que foram apresentadas pelo Sr. Presidente da Câmara no *power-point*. Pessoalmente entendia que para uma capital europeia apresentar duas ideias, quando tinham teatro, música, leitura, exposições e quando se podia utilizar a própria Cultura como alavanca para o desenvolvimento económico porque era potenciadora do turismo, da restauração, de uma forma mais intensiva de utilização do espaço público para as pessoas não se fecharem em centros comerciais, a

Cultura podia ser esse motor para quem tinha a visão de a utilizar dessa forma. Porque quem a via como forma para distribuir alguns subsídios, isso era curto. -----

----- Por isso, parecia-lhe que na Cultura este Orçamento foi pouco ambicioso e não tivera em atenção as novas formas de olhar para ela, nomeadamente como motor económico das grandes cidades cosmopolitas. -----

----- Aludindo ao Plano Verde, disse que o Sr. Vereador Sá Fernandes referira que em termos de Espaços Verdes este era o Orçamento mais solidário que a cidade já tivera alguma vez. Isso era um facto, mas entendia que não seria demais o Sr. Vereador lembrar que o Plano Verde resultara do esforço de todos, e em particular da Assembleia Municipal. Foi com certeza uma bandeira do BE, mas resultara da vontade política de todos, não era uma vontade do BE. E terem a capacidade de reconhecer quando todos caminhavam numa determinada direcção e não quererem ficar com os louros só para si, parecia-lhe algo positivo. -----

----- Referia também que seria concluída a ligação ciclável da radial de Benfica e iniciar-se-ia a ligação ciclável da zona ribeirinha, o que achava um bocado estranho dado que já existia uma via ciclável na zona ribeirinha. Sabia disso porque às vezes a utilizava. Não era grande coisa, era pequena e estava degradada, isso era um facto, mas que já existia também era verdade. Portanto, não se iria fazer nada de novo, quando muito iria ser melhorado o que já existia. -----

----- Em matéria de políticas sociais, disse que no início desta intervenção referira um conjunto de valores que tinham a ver com a área social e todos eles tinham uma grande quebra, pelo que estranhava ouvir o Sr. Vereador Sá Fernandes dizer que num Orçamento de rotura com o passado se procurava arrumar a casa deixando para trás projectos de investimento megalómanos e desproporcionados dos quais a cidade não necessitava e que só serviriam para complicar ainda mais a situação financeira. Estavam a falar de quê? Da Baixa-Chiado que o Executivo já se comprometera que ia continuar? Estavam a falar da frente ribeirinha, com o que o Executivo, neste Orçamento, já se comprometera? Estavam a falar dos bairros sociais que efectivamente precisavam de investimento? Não sabia que investimentos megalómanos eram esses e desejava ser esclarecido. -----

----- Por outro lado, o Sr. Vereador sublinhara ainda a prioridade dada à reabilitação, nomeadamente nos bairros camarários, e quanto a isso dizia que ainda bem que era uma prioridade, porque com estes cortes e com esta redução se não fosse uma prioridade só se se cortasse a 100% as verbas. Nomeadamente era garantida a manutenção do espaço público e dos serviços públicos essenciais no tratamento de jardins e na limpeza urbana, mas, se bem se lembravam, referira já nesta intervenção que os cortes no Saneamento Básico eram de 13% e na Higiene Urbana de 12%. -----

----- Acerca das Infra-estruturas Viárias, disse que a Câmara previa investir nessa área 30,5 milhões de euros na construção, manutenção e conservação até 2011, dos quais 5,3 milhões em 2008, mas não deixava de ser interessante a forma como esta questão era apresentada, já que se anunciavam 30,5 milhões de euros mas para 2008 anunciavam-se apenas 5,3 milhões! Ou seja, de 2007 até 2011 iam sempre ouvir falar em 30 milhões! -----

----- Por outro lado, no Plano Plurianual a manutenção e conservação de vias absorvia a maior fatia com um total de 24,8 milhões de euros, ou seja, não havia nada de novo, a maior parte dos 30 milhões de euros eram para ser gastos em manutenção. Também convinha guardar essa ideia, porque não se estava a fazer nada de novo, estava-se a manter aquilo que existia e ainda bem porque era preciso, mas que não se ficasse com a ideia que se estavam a gastar 30 milhões de euros em coisas novas. Em 2008 seriam só 5 milhões, dos quais 4,3 milhões na manutenção e conservação de vias, e só 776 mil euros em novas vias. Isto é, do número que era apresentado de forma gorda, 30 milhões, quando o espremiam ficavam com só 776 mil euros em novas vias, o que era substancialmente diferente, era 40 vezes menos. -----

----- Em relação às Juntas de Freguesia, disse que ainda bem que o PSD, com o apoio do Sr. Vereador, conseguira manter os valores que vinham do ano anterior, mas ficava a questão dos protocolos, matéria em relação à qual a Assembleia estaria vigilante na forma como eles seriam distribuídos pelas 53 Juntas da cidade e se havia justiça na distribuição dos mesmos. -----

----- Disse, ainda, que uma das coisas que se falava era nas despesas perdulárias. Foi à procura desse tipo de despesas no Orçamento e constatara que tinham para a Associação de Turismo de Lisboa uma verba para a promoção da cidade no montante de três milhões de euros; Rock in Rio, 200 mil euros para começar; Rali Lisboa Dakar, 400 mil euros, a troco de nada já que não tinha contrapartidas para a cidade, mais a isenção de taxas; e, por fim, a isenção de taxas diversas. A questão da revisão das TRIU pensava que não foi contemplada. -----

----- Portanto, este não era um Orçamento de rigor: tinha suborçamentação de receitas, não contemplava todas as obrigações, havia aumento de receitas fiscais, havia uma redução de 7,6% – isso tinha que ser reconhecido – nas despesas correntes, mas tudo o resto eram números trabalhados, era jogar com os números e esses podiam ser sempre desmontados. Era um Orçamento onde os cortes violentos que se faziam eram essencialmente nas políticas sociais. Quando tinham no governo da cidade um partido que se dizia socialista, logo começavam com um Orçamento que efectivamente não tinha o rigor que o Sr. Dr. António Costa dizia querer e ter para a cidade, era um Orçamento que atacava as políticas sociais existentes, e, quanto a si, um Orçamento pouco ambicioso. -----

----- Mas o PSD ali estaria para fiscalizar e acompanhar a execução orçamental, pois para isso foram eleitos. -----

----- **A Deputada Municipal Marta Rebelo (PS)**, no uso da palavra, disse que este era o primeiro Orçamento do resto da vida financeira da Câmara Municipal de Lisboa, era a dieta adequada ao metabolismo municipal, sem excessos ou défices, sem obsessões, com conta peso e medida. Nem anorético nem obeso, o que, aliás, merecera já vários louvores e notas positivas por parte do PSD, e até um *mea culpa*. --

----- Era um Orçamento que teve origem em circunstâncias difíceis, e ele próprio era um instrumento que impunha as dificuldades óbvias. Era um Orçamento que dadas as dificuldades financeiras da Câmara Municipal, era e seria na sua execução extremamente rigoroso. -----

----- Era também o primeiro Orçamento municipal que obedecia às regras previstas na Lei n.º 2/2007, a nova Lei das Finanças Locais. E de Plano fantasioso passavam para um Plano de realismo. Não se subvalorizava o montante das receitas municipais, não eram previstas despesas superiores ao real montante das receitas, não era encoberta dívida, mas não seriam paradas obras, não seriam sustentados passivos das empresas municipais que agora consolidavam com o Orçamento municipal. Este era o Orçamento que dava início ao Plano de Saneamento Financeiro, que procuraria recentrar a saúde das contas municipais. -----

----- Passando aos números, disse que o Orçamento para 2008 era de 546 milhões de euros, um valor realista, próximo dos valores reais executados nos anos anteriores, pois não era a inscrição de montantes muito inflacionados, inscritos como venda de bens e investimento, a famosa venda de património sempre prevista e nunca executada. -----

----- Disse que a redução de 31,7% da receita total corporizava a realidade. Reparasse-se que a rubrica onde seria inscrita a venda de património apresentava, neste Orçamento, uma redução de 85,4%, e, naturalmente, a despesa teria de acompanhar esse movimento descendente e pragmático da receita. -----

----- Em matéria de finanças públicas, a regra de ouro reclamava o equilíbrio perfeito entre receitas e despesas e proclamava a impossibilidade de contrair dívida para além da real capacidade face aos compromissos decorrentes do endividamento. -----

----- Este era o Orçamento possível, que ia ao encontro de um equilíbrio quase perfeito, que corporizava e operacionalizava o Plano de Saneamento Financeiro e que abria caminho a pequenos investimentos, na esperança de que o futuro trouxesse outros maiores. -----

----- Concluído o saneamento e reencontrado esse equilíbrio integral das contas municipais, estaria completada a primeira e relevantíssima etapa do reencontro entre Lisboa e os lisboetas. -----

----- **O Deputado Municipal Paulo Quaresma (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de Carnide, no uso da palavra, disse que ia colocar seis notas que gostava de partilhar com todos, na esperança de obter alguma resposta sobre as mesmas. -----

----- A primeira tinha a ver com a descentralização para as Juntas de Freguesia. Era muito bonito, ficava bem quando estavam em campanha, quando estavam na oposição, dizer que as Juntas de Freguesia tinham um papel fundamental, mas depois, quando estavam no poder, a proposta inicial que apresentavam era de redução das verbas para as Juntas de Freguesia. Onde estava a coerência? Ainda por cima de um Presidente de Câmara que foi o responsável por, no ano passado, grande parte das Juntas de Freguesia terem perdido 5% das verbas a transferir, no âmbito do Orçamento de Estado, para o seu funcionamento. -----

----- Falava-se que havia que aprofundar a descentralização, mas estavam a contar que fosse uma descentralização feita apenas com o esforço das Juntas de Freguesia, porque se queriam aprofundar a descentralização com os mesmos meios, algum teria que dar mais que o outro. E não podiam ser, seguramente, as Juntas de Freguesia, que

há anos andavam a fazer esse trabalho, que teriam que assumir sozinhas essa responsabilidade. -----

----- E quem na oposição defendia a clareza e a transparência, e defendia que atempadamente tinham que saber como era que as coisas funcionavam, era o mesmo PS que, a 13 dias de acabarem os protocolos, tinha os 53 Presidentes de Junta sem saberem com o que podiam contar a partir do dia 1 de Janeiro de 2008. -----

----- Se calhar teriam que fazer ali o mesmo que o Sr. Presidente da Câmara, que aquando da altura da discussão dos protocolos quase fizera uma ameaça: “Os senhores não aprovam, nós não damos o dinheiro!”. Se calhar estava agora na altura dos Presidentes de Junta dizerem: “Os senhores não dizem nada, nós no dia 1 de Janeiro entregamos as chaves dos polidesportivos, entregamos os espaços verdes para os senhores manterem, entregamos tudo!”. Mas essa não era, nem nunca foi, a postura dos autarcas de Lisboa, como não era nem nunca foi a postura dos Presidentes de Junta da cidade. -----

----- Agora, entendia que chegava de terem uma palavra e um discurso quando estavam na oposição, e quando estavam na situação fazer exactamente o mesmo que os outros faziam. Isso não fazia sentido. -----

----- Mas perguntava aos Senhores Presidentes de Junta do PS, que tanto falaram sobre isso e agora não os ouvia dizer nada, porque a 13 dias de acabar o ano não sabia – e porventura saberiam mais que ele – quais eram as áreas descentralizadas e quais as verbas que as Juntas iriam ter a partir do dia 1 de Janeiro. -----

----- A segunda questão tinha a ver com o orçamento participativo, que para si, segundo disse, era também uma questão muito importante. Quando defendiam o orçamento participativo ele tinha que ter alguns resultados, era preciso que isso fosse claro, e a questão que colocava era quais foram as propostas que foram aceites e que estavam contempladas nos documentos em discussão, porque, a não ser assim, mais uma vez se confirmava aquilo que sempre disse, isto é, que foi apenas feito *show-off* e nada mais do que isso. É que, de facto, não encontrava uma única proposta, uma única linha onde se dissesse que, fruto da discussão do orçamento participativo, a Câmara Municipal de Lisboa ia respeitar e ia fazer alguma coisa. -----

----- Portanto, foi apenas para marcar agenda, oportunismo político e defraudar as expectativas da população. -----

----- Numa terceira questão referiu-se à requalificação do Bairro Padre Cruz dizendo que vinha no Plano de Actividades uma linha sobre esse bairro, mas o que era certo é que depois nada era dito na questão das verbas. E esse foi um processo participado que envolvia a população, as instituições, a Junta de Freguesia, foram feitas várias reuniões com a população e houve um compromisso que foi aprovado, por unanimidade, na Câmara Municipal, houve expectativas que foram criadas junto da população, houve reuniões feitas no bairro com a população, mas, passado todo esse tempo, ele próprio já pedira ao Sr. Vereador responsável pelo Pelouro do Urbanismo uma reunião, já pedira também ao Sr. Presidente da Câmara uma reunião, e o que era certo é que nos jornais diziam que era prioritário, que era importante, mas ainda não

houve tempo para ouvir a Junta de Freguesia sobre ao que tinha a dizer quanto a essa matéria. -----

----- Tanto mais que não deveria ser apenas a Junta de Freguesia, que naquele bairro até tinha um grupo comunitário, e as várias instituições estavam à espera que o Sr. Presidente da Câmara tivesse a humildade de, antes de tomar uma decisão, ouvisse quem estava no terreno e ouvisse quem construíra esse projecto e quem continuava a concordar com ele e a defendê-lo. O Sr. Presidente da Câmara tinha toda a legitimidade para alterar, mas antes de o fazer deveria ouvir as pessoas para saber aquilo que pensavam e achavam em relação àquele projecto de requalificação. -----

----- Entretanto já passaram cinco meses sobre as eleições, e a Junta de Carnide continuava sem resposta em relação a um projecto que o Sr. Presidente da Câmara dizia que era prioritário, fundamental, importante, e que era para avançar. Só era pena que a Junta de Freguesia e a comunidade local não estivessem envolvidas nessa resolução. -----

----- A quarta questão tinha a ver com o Parque dos Artistas de Circo, que achava que era uma vergonha para a cidade. Até pensava que de alguma forma isso pudesse ser resolvido porque o Presidente da Casa do Artista foi mandatário da lista do Sr. Presidente da Câmara. E se falasse com ele, seguramente melhor do que ele próprio, ele lhe poderia dizer a vergonha que era aquele Parque dos Artistas de Circo. Aliás, teria vergonha, se fosse Presidente da Câmara, de colocar nos documentos que estavam a discutir, o artigo 91º onde se previa verbas a cobrar às pessoas que estavam naquele parque. Quantos cêntimos cobrara a Câmara Municipal de Lisboa, desde 2002, às pessoas que estavam nesse parque? Zero! A Câmara, desde 2002, abandonara por completo aquele parque, e era hoje uma vergonha para a cidade aquele conjunto de *roullotes* que estavam ali e que punham em causa a segurança, quer de quem vivia neste momento dentro do parque, quer das pessoas que viviam na Casa do Artista. ----

----- Passando à quinta questão, que tinha a ver com a Educação, disse que ouvira ali referir e estava nos papéis, até foi o BE que defendera isso, a construção de sete novas escolas. Certamente que o documento não devia ser o mesmo e por isso gostava de saber, concretamente, quais eram as sete novas escolas a construir na Cidade de Lisboa já que isso não aparecia no documento das Grandes Opções do Plano. -----

----- Mas depois também, mais uma vez, estavam ali a quebrar expectativas e voltava a pegar na sua freguesia. Sempre foi dito, e estava assumido pelos serviços, que existia o jardim-de-infância da Quinta do Bom-Nome para construir, sempre estivera nas Grandes Opções do Plano, mas, infelizmente, pela primeira vez em seis anos essa proposta não aprecia contemplada, o que significava que nem para 2011 quando foi a própria Câmara que se deslocara ao local e disse que a população tinha razão. -----

----- E também gostaria de saber como era que o Sr. Presidente da Câmara iria conseguir cumprir a percentagem da rede pública afectável para os jardins-de-infância, porque estavam a falar de uma zona que tinha 10.000 pessoas e que apenas tinha uma sala para vinte crianças no jardim-de-infância. Nem no terceiro mundo tinham uma taxa de cobertura tão baixa, em termos de rede de jardins-de-infância, como tinham naquela zona da Cidade de Lisboa. Mas era um facto que até 2011 não

aparecia nas Grandes Opções do Plano a construção do jardim-de-infância da Quinta do Bom-Nome. -----

----- No tocante à sexta e última questão, que tinha a ver com a Reabilitação Urbana, disse que havia coisas que não custavam dinheiro, era apenas uma questão de vontade política. Recordava, depois de várias vezes ali ter trazido a questão, que o Plano de Urbanização Carnide/Luz foi concluído em 2001, estivera na gaveta durante quatro anos, há cerca de dois anos voltara a ter alguns desenvolvimentos, e gostava de saber agora qual era o ponto da situação. -----

----- A Reabilitação Urbana não era apenas no casco da cidade, ela tinha a ver também com as zonas periféricas, tinha a ver também com o Centro Histórico de Carnide, e enquanto não vissem aprovado o Plano de Urbanização Carnide/Luz nada ou pouco seria feito naquela zona. E não tinha custos, portanto não podiam vir dizer que não tinham dinheiro, porque o custo para a elaboração do Plano estava feito há muito tempo. Só que nada se avançara, e desejava saber para quando. -----

----- Convidava a visitarem o Centro Histórico que Carnide para verem que tinha vias quase intransitáveis devido à quantidade de buracos. O PSD sempre andara a adiar mas mantivera essa questão sempre nas Grandes Opções do Plano, com uma grande intervenção de 400 mil euros naquela zona. Mas pela primeira vez a Câmara Municipal de Lisboa retirara essa verba das Grandes Opções do Plano, o que queria dizer que nem para 2011 a população de Carnide poderia contar com a colaboração da Câmara Municipal de Lisboa para esse efeito. -----

----- Lisboa também é Carnide, e Carnide também é Lisboa, disse a terminar. -----

----- **O Deputado Municipal Heitor de Sousa (BE)**, no uso da palavra, disse que iria abordar alguns aspectos que, segundo lhe parecia, deviam ser sublinhados relativamente ao Orçamento. No entanto, antes da intervenção propriamente dita, desejava responder, apesar de não ter mandato para isso, à intervenção anterior do orador anterior. -----

----- Disse, então, que não tinha sido o BE a falar nas sete escolas novas que seriam construídas no próximo ano. Eram sim as linhas de um desenvolvimento estratégico, vinha lá explicitamente essa referência. O seu a seu dono. Se tinha havido algum equívoco da parte do Sr. Deputado Municipal, ali ficava o esclarecimento. -----

----- Em relação ao Orçamento, disse que o BE não tinha a “política de avestruz” e achava que era um Orçamento profundamente marcado pela complicada situação económico-financeira da Câmara. Nesse sentido, era um Orçamento muito condicionado pelo Plano de Saneamento Financeiro que a Assembleia já tinha aprovado. Não havia milagres na actividade económica, não havia milagres nos orçamentos, que tinham de se basear numa realidade concreta para a procurar transformar, ou pelo menos moldá-la de acordo com alguns objectivos pré-definidos e pré-escolhidos. Desse ponto de vista, era um Orçamento de crise. -----

----- Não podia ignorar que aquilo que todos desejavam fazer na Cidade de Lisboa estava muito para além daquilo que o Orçamento tinha capacidade de responder, mas parecia-lhe que a responsabilidade disso não devia ser imputada ao actual Executivo mas sim à herança que ele tinha recebido da irresponsabilidade política, do total

descontrolo das despesas e da ignorância em preparar orçamentos que se aproximassem o mais possível da realidade. Este Orçamento marcava, de facto, uma diferença em relação ao passado. -----

----- Disse que o Deputado Municipal do PSD, que interviera em nome da sua bancada, tinha feito um exercício curioso relativamente ao Orçamento executado de 2007 para concluir que comparando o executado em 2007 com o Orçamento actual, então não se estava muito longe da realidade económico-financeira do Município. -----

----- Pois era exactamente esse exercício que se devia ter feito nos anos anteriores, e a responsabilidade desse exercício não ter sido feito, isto é, a responsabilidade de terem sido sistematicamente confrontados com exercícios financeiros completamente irrealistas, completamente aventureiros do ponto de vista das escolhas municipais, era uma responsabilidade do Deputado Municipal do PSD e do seu Grupo Municipal, e também do CDS-PP que fizera parte do Executivo durante os seis anos de desgovernação da cidade. -----

----- Era um bom exercício do ponto de vista económico e até o subscrevia, mas não havia dúvida que numa leitura orçamental tinha que se comparar aquilo que era comparável. Do ponto de vista económico, os orçamentos eram realidades homogéneas e, fazendo essa comparação, assistia-se a variações significativas neste Orçamento. Parecia-lhe que teria a ver com essa preocupação em aproximar da realidade e em procurar transformar essa realidade de acordo com as escolhas. -----

----- Era um Orçamento com algumas nuvens, mas com boas abertas e isso justificava, fundamentalmente, o apoio e o voto favorável do BE. Entre as abertas introduzidas pelo Orçamento, reconhecia que iria trazer um contributo enorme para a resolução de um problema de anos, diria de décadas, que era a situação de precariedade de muitas centenas de trabalhadores da Câmara. O Orçamento ia resolver esse problema e essa era uma boa aberta que introduzia numa nova política de valorização dos recursos humanos, uma nova política de verdade relativamente a essa situação. -----

----- Essa viragem deveria ser acompanhada com muito cuidado e o BE vinha tendo na Assembleia Municipal uma preocupação extrema em chamar a atenção do actual Executivo para esse problema, porque tratando-se de um problema de pessoas devia ser tratado com pinças. Não era admissível que se tivessem cometido erros nesse processo, para os quais o BE tinha chamado a atenção e que acabavam por ser reconhecidos, inclusivamente pela actual Vereação, como recuos que a Câmara tinha que fazer. -----

----- Tinham sido já reconhecidas pelo actual Executivo municipal 30 casos de cartas indevidamente enviadas para os 129 trabalhadores que as receberam. Se tivesse havido mais cuidado, se o problema tivesse sido tratado com mais rigor do que foi até agora, esse erro teria sido evitado e teria sido possível tratar de forma coerente, de forma global, como agora parecia acontecer, a partir do princípio do próximo ano. O BE saudava uma questão que estava para ser resolvida há décadas e que apenas fora resolvida com a mudança de atitude que o actual Executivo introduzira nessa problemática. Todos reconheceriam a intervenção do BE e a vigilância sistemática que vinha fazendo sobre essa matéria. -----

----- O BE apelara aos trabalhadores da Câmara, sobretudo àqueles que se sentiam injustiçados relativamente às cartas que receberam, muitas delas indevidamente, e tinha tido o eco necessário para chegar junto do Executivo municipal e com base em casos concretos poder rever, felizmente, a situação de muitos trabalhadores. -----

----- Porque era uma situação delicada, que não foi resolvida por nenhum Executivo anterior, e todas as maiorias tinham responsabilidade nessa situação, da direita à esquerda, o BE iria manter uma grande atenção até à resolução definitiva desse problema. -----

----- Por outro lado, a boa aberta que representava esta nova política de Recursos Humanos da Câmara poderia ter sido mais bem articulada no respeitante às opções estratégicas incluídas no Orçamento, que se articulavam com as escolhas inseridas no mesmo. -----

----- O Orçamento teria ganho se as linhas de desenvolvimento enunciadas fossem um bocadinho mais de acordo com as próprias campanhas eleitorais feitas na cidade. Parecia-lhe que este Orçamento e Plano de Actividades ganhariam se fosse acentuado um enquadramento da Cidade de Lisboa com o resto das políticas desenvolvidas no País. Não se falava, e devia falar-se, por exemplo, na importância que tinha para a Cidade de Lisboa uma política de mobilidade que viesse a ser definida, aprovada e executada por uma Autoridade Metropolitana de Lisboa, para a qual a Câmara de Lisboa teria que ter um contributo estratégico decisivo. -----

----- Parecia-lhe que teria sido possível articular também o Orçamento com outras escolhas e outras políticas que configuravam opções estratégicas importantes para a cidade, quer do ponto de vista do apoio e dos recursos, quer do ponto de vista das escolhas estratégicas ao nível do ambiente, da energia e da mobilidade. -----

----- Desse ponto de vista, as linhas de desenvolvimento pareciam demasiado magras para a grandeza e para a importância das opções a que o Plano e Orçamento podiam abrir caminho, também para uma outra dimensão que estava pouco valorizada e que tinha uma grande importância para a cidade. Há oito anos que o Plano Director Municipal estava em processo de revisão e 2008 era uma oportunidade de ouro para dar um grande empurrão tendo em vista encerrar o PDM e para verter nesse documento as principais escolhas que orientassem a estratégia de afirmação da Cidade de Lisboa, quer no contexto nacional, quer no contexto internacional. -----

----- A participação e o planeamento não custavam dinheiro, custavam era vontade política. O actual Executivo tinha dado um passo importante ao abrir a possibilidade de participação da cidadania na elaboração do Orçamento de 2008. Foi um primeiro passo, era preciso que fosse continuado e transposto, quer para o Orçamento de 2009, quer para o Plano Director Municipal, que precisava de ser resolvido em definitivo. O ano de 2008 podia e devia ser uma oportunidade para um melhor planeamento, mais profícuo e mais sustentável para a Cidade de Lisboa. -----

----- **O Deputado Municipal João Mesquita (PSD)**, Presidente da Junta de Freguesia de São José, no uso da palavra, disse que, como hoje se votava o Orçamento, queria apenas passar uma pequena mensagem. -----

----- Na sexta-feira passada, a Associação Nacional de Freguesias, na sua Direcção

Nacional, tinha aprovado, por unanimidade, uma rejeição ao projecto de alteração à Lei 5-A/2002. -----

----- Dizia esse projecto, no seu artº 2º, alíneas b) e c), “Retirar às Juntas de Freguesia a possibilidade de votar os orçamentos e os planos de actividades”. As Juntas de Freguesia de todos os partidos políticos, de norte a sul do País, rejeitavam esses pontos, por considerarem que era um atentado ao poder democrático, tendo como resultado a funcionalização dos Presidentes de Junta relativamente ao Estado. -----

----- Considerando que ainda havia espaço para afinar essa proposta de Projecto de Lei, fazia um apelo a todas as pessoas que tivessem a possibilidade de chegar aos Deputados da Assembleia da República para lhes fazerem sentir que não seria um acto muito democrático se essa Lei fosse para a frente. -----

----- **O Deputado Municipal Hugo Lobo (PS)**, no uso da palavra, disse que uma primeira referência era em relação às questões suscitadas pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Carnide, que naturalmente teria um conhecimento aprofundado desses problemas que ele pessoalmente não tinha, mas eram problemas que se arrastavam há vários anos. Perguntou se era responsabilidade exclusiva dos sucessivos Executivos camarários, ou se a Junta de Freguesia também teria alguma responsabilidade nesses mesmos problemas. -----

----- Disse, depois, que se discutia agora o Orçamento e o Plano de Actividades para 2008, sensivelmente um ano atrás o Plenário debruçara-se e analisara documentos similares para o ano 2007, que agora terminava. O então Vice-Presidente da Câmara, Dr. Fontão de Carvalho, apresentara o que seria, na sua perspectiva, um Orçamento de contenção e racionalização de custos. Uma diminuição de 100 milhões de euros nas dotações, por contraponto aos valores inscritos para 2006. Um esforço de racionalização nos encargos de funcionamento, nomeadamente por via da contenção do trabalho extraordinário e da centralização dos aprovisionamentos da Câmara. -----

----- Ainda segundo o Sr. Vice-Presidente, estavam criadas todas as condições para uma redução do passivo global da Câmara em 135 milhões de euros. E percorrendo um itinerário sem escolhos, quase idílico, tinha mesmo afirmado que os 182 milhões de euros então previstos a título de receita extraordinária seriam resultantes da venda de terrenos e que essa venda estaria concluída em 2007. Dizia, ainda, que a essa verba acresceriam 30 milhões de euros de vendas de fogos de habitação social. -----

----- O desenrolar dos acontecimentos em 2007, o agudizar da crise financeira do Município, a que se juntara a tremenda crise política em que se afundara a Câmara e a cidade, desmentiram boa parte dos prognósticos referidos e, porventura, excederam as previsões mais pessimistas da oposição. -----

----- Volvido um ano após a mencionada discussão, todas as forças políticas, sem excepção, reconheciam a gravidade da situação financeira da Autarquia e a necessidade e urgência da adopção de medidas que pusessem termo ao descalabro e impusessem um novo rumo para a Câmara, com o saneamento das suas finanças e a restauração da credibilidade e do bom nome de Lisboa. -----

----- Assim, o actual Presidente da Câmara e esta maioria, consequentes com os compromissos assumidos com os lisboetas durante a campanha eleitoral do passado

mês de Julho, prosseguiram os esforços de consolidação das contas da Autarquia. -----

----- O Orçamento apresentado dava seguimento às medidas de contenção e de rigor plasmadas no Plano de Saneamento Financeiro, aprovado na Assembleia Municipal. As receitas extraordinárias eram orçamentadas para um valor realista de, aproximadamente, 45 milhões de euros, colocando-se de parte o empolamento sistemático das receitas em orçamentos anteriores, que se traduziam na acumulação de défices, ano após ano. -----

----- Salientava o esforço do Executivo no sentido de reduzir em sensivelmente 5% os custos com o pessoal, nomeadamente no respeitante ao trabalho extraordinário, cuja redução se estimava em cerca de 60%, face ao que estava orçamentado em 2007. Também a racionalização respeitante aos fornecimentos e serviços externos, para os quais se previa uma diminuição de 11%. -----

----- Não obstante as severas restrições financeiras que limitavam e condicionavam a actividade da Câmara, eram várias as iniciativas e os projectos a merecer relevo. Desde logo o esforço no sentido de assegurar os serviços essenciais: limpeza urbana, manutenção dos espaços verdes, passadeiras e passeios. -----

----- Poder-se-ia pensar que era o mínimo que a Câmara podia e devia fazer, mas a verdade era que não tinha sido feito nos últimos anos, por manifesta incapacidade da anterior maioria, sendo ainda notórios um pouco por toda a cidade os sinais do abandono e desleixo. -----

----- Por outro lado, o investimento na recuperação do parque escolar de Lisboa, com a anunciada construção de novas escolas e a reabilitação de outras. Já há muito que o PS vinha denunciando a degradação das escolas da cidade. -----

----- Merecia também destaque a parceria que a Câmara iria desenvolver com o Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana no Projecto Integrado de Reabilitação e Desenvolvimento dos bairros dos Lóios, Amendoeiras, Armador e Condado, e o início da reabilitação em áreas como o Parque Mayer, Jardim Botânico, Bairro Alto e Ajuda/Belém. -----

----- Mas outras iniciativas e projectos poderiam ser mencionados, entre as quais a parceria com o Estado no sentido de devolver à cidade a sua zona ribeirinha; a implementação do processo de simplificação administrativa; a implantação do Plano Verde com a instalação da rede de percursos pedonais e cicláveis de Lisboa; e o relançamento do processo de revisão do PDM. -----

----- Em síntese, um Orçamento que, acreditavam, constituiria um marco no único caminho que interessava trilhar: o de atingir contas municipais equilibradas e sãs, pois só com esse objectivo alcançado poderiam implementar, com solidez, um projecto consistente e viável para Lisboa, e um Plano de Actividades que, com a escassez de recursos financeiros, procurava incutir uma nova dinâmica na cidade. -----

----- **O Deputado Municipal José Godinho (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de Alcântara, no uso da palavra, começou por dizer que, quanto a si, o Regimento não estava bem adaptado a este debate, porquanto a Câmara tinha meia hora para intervir, enquanto que o PSD, mas podia ser outro partido qualquer, tinha cerca de três horas. Isso queria dizer que, tendo a Câmara já provavelmente esgotado o tempo, se a Sra.

Presidente levasse à letra o Regimento a Câmara nem sequer lhes poderia responder a finalizar o debate. -----

----- Disse, depois, que a direita quando falava referia sempre que a esquerda deixara a Câmara falida, e como já era “velho” na Assembleia Municipal, fazia parte dela desde 1982, podia dizer que quando o Dr. Jorge Sampaio herdara a Câmara em 1990, da gestão do Eng^o Nuno Abecasis, a Câmara estava falida, havia buracos por toda a cidade e bairros de barracas que nunca mais acabavam. Enfim, Musgueiras, Curraleira, Casal Ventoso e por aí fora. Foi isso que a direita deixara! Mas era um facto que a direita se esquecia sempre disso. Falavam do Dr. João Soares, falavam da esquerda, mas deveriam falar do tempo anterior em que estavam no poder, porque ele já ali estava e sabia como as coisas eram. -----

----- Seguidamente, disse que não ia discutir ali o Plano de Actividades e o Orçamento, até porque pertencendo à Comissão de Finanças na reunião de ontem ficaram a perceber os números e porque era que eles lá estavam. Era certo que o Sr. Vereador não esteve presente porque tinha reunião de Câmara, mas o Sr. Director foi absolutamente explícito na reunião. -----

----- Era um facto que reparando no Plano de Actividades e no Orçamento, via que Alcântara, que em área era uma das maiores freguesias da cidade e também tinha muita população, não aparecia nesses documentos. A não ser o Caneiro de Alcântara, e para tratar de um problema dos outros porque a maior parte nem sequer era de Alcântara. Mas era essa, efectivamente, a única coisa que aparecia, porque não aparecia mais nada: nem infra-estruturas viárias, nem equipamentos culturais, isso para Alcântara não aparecia! -----

----- Mas a verdade é que aquilo que mais interessava agora era o que o Deputado Municipal João Mesquita referira. O PSD e o PS eram namorados que por vezes fingiam que se desentendiam, mas não se desentendiam, porque, no fundamental, eles entendiam-se. A Junta de Freguesia é um órgão colegial, o Secretário e o Tesoureiro não era o Presidente de Junta que os nomeava, eram nomeados por votação do Executivo. Entretanto presidencializaram isso e agora era o Presidente que os nomeava. Já perderam democracia nessa altura que se alterara a lei. -----

----- Só que agora ainda queriam mais! Queriam que os Presidentes de Junta não pudessem votar os planos de actividades e os orçamentos. E porquê? Quem estava na Assembleia Municipal de Lisboa na década de oitenta, quando a direita tinha ali maioria, o Eng^o Nuno Abecasis não queria dar dinheiro às freguesias, e então os Presidente de Junta reuniram-se na Junta de Freguesia do Campo Grande, na altura presidida pelo Dr. Loureiro de Sousa, e todos eles, independentemente da força política a que pertenciam, disseram que votariam contra o Orçamento caso a Câmara não inscrevesse mais dotação para as freguesias. Depois, em reunião do Plenário, o Eng^o Nuno Abecasis estava fiado na maioria que tinha na Assembleia, mas quando foram os próprios Presidentes de Junta da maioria a dizer que votavam contra o Orçamento, a Câmara pediu um intervalo de 15 minutos e alterara o Orçamento de acordo com aquilo que as freguesias reivindicavam e a seguir o Orçamento foi aprovado. -----

----- Ou seja, os Presidentes de Junta eram incómodos nos partidos, essa é que era a verdade. Não os controlavam! Enquanto os Deputados Municipais eleitos directamente, ou Deputados da Nação, eram disciplinados nas votações e levantavam-se sempre que lhes assobiavam, os Presidentes de Junta de vez em quando assobiavam mas eles não se levantavam. Esse é que era o problema e por isso lhes queriam tirar a voz, queriam pô-los meios deputados, o que rejeitava totalmente e lutaria contra isso porque entendia que isso era uma vergonha. -----

----- Por fim, para terminar com uma nota de humor, leu um extracto da cópia dactilografada do registo magnético da reunião da Câmara ontem realizada, onde, após a intervenção do Sr. Vereador Ruben de Carvalho, se dizia o seguinte: -----

----- “O Sr. Presidente: Muito obrigado Sr. Vereador. -----

----- Tem a palavra o Sr. Vereador Pedro Feist. -----

----- O Sr. Vereador Pedro Feist: Obrigado Sr. Presidente. Permita-me uma pequeníssima nota, primeiro ao Sr. Vereador Ruben de Carvalho para lhe dizer uma coisa. Falou aí numa palavra ‘martelada’ às três entidades que não gosta: a primeira são os empresários, a segunda são os técnicos de contas e a terceira é o fisco. Era só para dizer que o termo ‘martelada’ é sempre muito complicado nestas entidades todas. Mas isto é apenas uma nota de humor prévia. -----

----- O Sr. Presidente: nós prometemos no próximo não só martelar mas foçar também para ficar então totalmente.” -----

----- Bom, a foice e o martelo! -----

----- **O Deputado Municipal Rodrigo Moctezuma (PSD)**, no uso da palavra, disse que o que ia referir não era uma crítica, era uma opinião que, se fosse válida, poderia ser considerada no futuro. -----

----- Referiu, então, que na sua opinião todos os orçamentos que a Câmara tem apresentado eram orçamentos de receitas e despesas, portanto não eram orçamentos financeiros mas sim orçamentos económicos. E, no seu entender, seria muito importante que a Câmara viesse a apresentar também um orçamento do balanço, porque o balanço é que lhes dava a posição financeira da empresa. -----

----- Por exemplo, um elemento importantíssimo que só poderiam avaliar lendo o balanço, era a situação financeira corrente. A situação financeira corrente consistia em saber se com o activo disponível podiam pagar tudo que estava no passivo exigível a curto prazo, e isso só o balanço lhes podia dar. E sem uma projecção do balanço nunca poderiam avaliar se essa situação se daria ou não e em que termos se daria. -----

----- Tanto quanto sabia o POCAL não previa a elaboração de um orçamento de balanço, mas também não o proibia, e por isso propunha que, de futuro, a Câmara preparasse não só o Orçamento de receitas e despesas mas também o Orçamento de Balanço. -----

----- Portanto, isto não era uma crítica ao Orçamento em discussão mas sim uma sugestão para o futuro. -----

----- **O Deputado Municipal Paulo Quaresma (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de Carnide, novamente no uso da palavra, disse que mesmo não estando presente o Deputado Municipal Hugo Lobo, que se referira à sua intervenção, não

queria deixar passar a oportunidade de dizer que, provavelmente, era por desconhecimento, por andar distraído ou por não conhecer a Lei das Finanças Locais que não sabia quais eram as competências de cada um. -----

----- Mas repetia os tópicos das seis questões que levantara, e perguntava qual dessas matérias era da responsabilidade ou competência de uma Junta de Freguesia. -----

----- Falara de descentralização para as Juntas de Freguesia, pessoalmente assumia a descentralização e tem-na feito, mas não era ele que decidia quais eram as áreas e quando era que tinha que fazer a descentralização. Isso estava nas mãos do Sr. Presidente da Câmara e dos Srs. Vereadores. -----

----- Em matéria de Orçamento participativo achava que não precisava de dizer mais nada, porque se havia Junta de Freguesia que o fazia era a sua. -----

----- Sobre a reabilitação do Bairro Padre Cruz, era um facto que a Câmara fugira a essa questão, e se o Gabinete Local ainda estava a funcionar era porque tinha lá dois funcionários da Junta de Freguesia, e o projecto de requalificação não era da Junta de Freguesia. -----

----- Quanto ao Parque dos Artistas de Circo, disse que não se importava nada de arranjar um espaço, mas não era ele que tinha que desviar as *roullotes* e tinha que tomar conta de uma coisa que era da Câmara, que ainda por cima até constava da Tabela de Taxas da Câmara Municipal. -----

----- No tocante ao jardim-de-infância, achava que a Sra. Vereadora podia dar essa resposta pois sabia perfeitamente que não competia a uma Junta de Freguesia construir um jardim-de-infância. Aliás, aí não precisava que lhe dessem lições de moral porque desde 2003 que a Junta de Freguesia assumia a componente de Apoio à Família, a Câmara Municipal de Lisboa recebera dinheiro do Ministério da Educação para essa actividade, mas a Junta ainda continuava à espera de receber as verbas correspondentes. Ou seja, nessa matéria estava duplamente a financiar a Câmara, já que a Câmara recebera o dinheiro e era a Junta que estava a fazer o trabalho. -----

----- E, quanto ao Plano de Urbanização Carnide/Luz, a Junta participara em tudo o que teve que participar para dar pareceres e para dar opinião, mas não lhe competia, obviamente, a aprovação do Plano. Competia, sim, à Câmara Municipal. -----

----- **A Senhora Presidente**, dado que a Câmara prescindira de intervir nesta fase, encerrou o debate e de seguida submeteu à votação a proposta 629/2007, incluindo a errata que foi distribuída e a adenda à proposta, tendo a Assembleia deliberado aprová-la, por maioria, com votos favoráveis do PS e BE, votos contra do PCP e PEV, e a abstenção do PSD e CDS-PP. -----

----- **Nota:** As propostas votadas na presente reunião foram aprovadas, em minuta, nos termos da deliberação tomada pela Assembleia, por unanimidade, na reunião realizada no dia 2 de Março de 2006, inserida a páginas 40 da respectiva acta (acta n.º 6). -----

----- **A Senhora Presidente**, seguidamente, esgotada que estava a Ordem de Trabalhos, depois de informar que os pontos cinco e seis transitavam, nos termos regimentais, para a próxima Sessão, desejou a todos um feliz Natal e um bom Ano-Novo, após o que deu por encerrada a reunião e com ela a Sessão Ordinária iniciada no passado dia 11 de Dezembro. -----

----- Eram 18 horas e 45 minutos. -----
----- E eu, _____, Primeiro Secretário, fiz lavrar a presente acta que
subscrevo juntamente com o Segundo Secretário, _____ . -----
----- A PRESIDENTE -----